

0043.000017/2025-27



Diário Oficial do Estado de Rondônia nº 179
Disponibilização: 19/09/2025
Publicação: 19/09/2025

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL
Seção de Recursos Humanos - SUPEL-RH

Portaria nº 230 de 17 de setembro de 2025

Altera a Portaria n.º 52, de 23 de abril de 2025, que reformula as equipes de licitações e designa servidores para compor a 1ª Comissão Genérica, e revoga a Portaria n.º 117, de 04 de junho de 2025, no âmbito da Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL/RO.

A **SUPERINTENDENTE DE COMPRAS E LICITAÇÕES DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso das atribuições legais e regimentais previstas no art. 5.º, inciso V, do Decreto n.º 27.948, de 1.º de março de 2023, e no art. 43 da Lei Complementar n.º 965, de 20 de dezembro de 2017;

CONSIDERANDO A reformulação das Comissões Genéricas no âmbito da Superintendência de Compras e Licitações do Estado de Rondônia – SUPEL/RO, com o objetivo de conferir celeridade e eficiência à tramitação dos processos de compras públicas;

CONSIDERANDO a necessidade de reestruturação organizacional das atividades relacionadas à condução de certames no âmbito da Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL/RO;

RESOLVE:

Art. 1º Alterar os incisos do art. 1º da Portaria nº 52, de 23 de abril de 2025, que dispõe sobre a reformulação das equipes de licitações e a designação de servidores para compor a 1ª Comissão Genérica, a qual passará a vigorar com a seguinte composição:

I - Agente de contratação:

a) Roseanna Nascimento Alves da Silva, matrícula n.º *****478.

II - Equipe de Apoio:

a) Patrick Marques de Souza, matrícula n.º *****635;

b) Ezequiel Sales de Lima, matrícula n.º *****313;

c) Victor Matheus da Silva Barros, matrícula n.º *****875.

§ 1º A servidora indicada no inciso I, alínea “a”, atuará como pregoeira, sempre que a modalidade de licitação adotada for o pregão eletrônico, conforme previsto no art. 8.º, § 5.º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

§ 2º Fica designado como pregoeiro substituto o servidor indicado no inciso II, alínea ‘a’, deste artigo, que exercerá as atribuições da pregoeira em suas ausências ou impedimentos legais

Art. 2º Fica revogada a Portaria nº 117 de 04 de junho de 2025.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 05 de setembro de 2025.

Dê-se ciência. Publique-se. Cumpra-se.

MÁRCIA ROCHA DE OLIVEIRA FRANCELINO

Superintendente de Compras e Licitações do Estado de Rondônia



Documento assinado eletronicamente por **MARCIA ROCHA DE OLIVEIRA FRANCELINO, Superintendente**, em 18/09/2025, às 17:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0064498253** e o código CRC **62EE6D11**.



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL
Comissão Genérica 1ª - SUPEL-COGEN1

INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90329/2025/SUPEL/RO

Para o **LOTE ÚNICO**, aplica-se a **AMPLA PARTICIPAÇÃO sem a reserva de cota de até 25%** para as **ME/EPP**

RESUMO DOS DADOS

<u>ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:</u> 14/05/2026, às 10h (horário de Brasília) sítio: https://www.gov.br/compras/pt-br .	Limite para esclarecimentos e impugnações ao edital: 11/05/2026.
--	--

OBJETO	
Contratação de serviço de empresa especializada na prestação de serviços de INTERMEDIACÃO DE LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) por meio de plataforma digital via website e dispositivos móveis (smartphone, tablet e outros) para os 52 municípios do estado de Rondônia.	
FUNDAMENTO: Lei federal nº 14.133, de 01 de Abril de 2021. Decreto estadual nº 28.874, 25 de Janeiro de 2024, dentre outros.	
PROCESSO ADMINISTRATIVO :	
UASG: 925373 ENDEREÇO ELETRÔNICO : https://www.gov.br/compras/pt-br .	
VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO	
ORÇAMENTO ANUAL	R\$1.199.664,00 (um milhão, cento e noventa e nove mil seiscentos e sessenta e quatro reais)
VISTORIA	INSTRUMENTO CONTRATUAL

Facultativa	Contrato	
DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO		
Requisitos Básicos: 1. Habilitação jurídica: Conforme estabelecido no <u>item 20.2. do Termo de Referência.</u> 2. Qualificação econômico e financeira: Conforme estabelecido nos <u>itens 20.4 e 20.4.2 do Termo de Referência.</u> 3. Regularidade Fiscal, social e trabalhista: Conforme estabelecido no <u>item 20.5. e subitens do Termo de Referência.</u> 4. Qualificação técnica: Conforme estabelecido nos <u>itens 20.3. ao 20.3.7. do Termo de Referência.</u>		Requisitos Específicos:
CONTRATAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP?	RESERVA COTA ME/EPP?	EXIGE AMOSTRA/DEMONSTRAÇÃO?
NÃO	NÃO	NÃO
CRITÉRIO DE JULGAMENTO	MODO DE DISPUTA	CONTRATAÇÃO OU AQUISIÇÃO:
Menor Preço por Lote	Aberto	Contratação
TELEFONES PARA CONTATO		E-MAIL PARA CONTATO:
Telefone: 69.3212-9243		cogen1.supel@gmail.com
OBSERVAÇÕES GERAIS:		
1. Maiores informações e esclarecimentos sobre o certame serão prestados nas dependências da Superintendência Estadual Licitações, sito a Av. Farquar, 2986, Bairro: Pedrinhas, Complexo Rio Madeira, Ed. Pacaás Novos, 2º Andar, em Porto Velho/RO - CEP: 76.801-470.		
2. Informamos que devido a atualização do sistema compras.gov.br, para fins de pesquisa da licitação deverá ser inserido o número 90000 antes do número do certame. (ex.: 90001/2024)		

SUMÁRIO

- 1. DO PREÂMBULO;
- 2. DO OBJETO;
- 3. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO;
- 4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO;
- 5. DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE;

6. DO REGISTRO DA PROPOSTA NO SISTEMA ELETRÔNICO;
7. DA FORMULAÇÃO DE LANCES, CONVOCAÇÃO ME/EPP E CRITÉRIO DE DESEMPATE;
8. A FASE DE NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS;
9. DA FASE DE HABILITAÇÃO;
10. DO RECURSO;
11. DA HOMOLOGAÇÃO;
12. DA REVOGAÇÃO E DA ANULAÇÃO;
13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES;
14. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA;
15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS;
16. DOS ANEXOS;

1. DO PREÂMBULO

1.1. A SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES, por meio da **Portaria nº 230/2025/GAB/SUPEL**, de 17 de setembro de 2025, publicada no DOE na data 19 de setembro de 2025, torna público que se encontra autorizada a realização da licitação na modalidade de **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, sob o nº **90329/2025/SUPEL/RO**, do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE**, com o **Método de Disputa: ABERTO**. Para o **LOTE ÚNICO**, aplica-se a **AMPLA PARTICIPAÇÃO sem a reserva de cota de até 25%** para as **ME/EPP** em conformidade com a [Lei Federal nº. 14.133, de 2021](#) e [Decreto Estadual nº 28.874/2024](#), a [Lei Complementar nº 123/06](#) e Decreto Estadual nº 21.675/2017, e suas alterações, e demais legislações vigentes, tendo como interessada a Secretaria de Estado da Mulher, da Família, da Assistência e do Desenvolvimento Social.

1.1.1. O instrumento convocatório e todos os elementos integrantes encontram-se disponíveis, para conhecimento e retirada, no endereço eletrônico: <https://www.gov.br/compras/pt-br>

1.1.2. A sessão inaugural deste **PREGÃO ELETRÔNICO** dar-se-á por meio do sistema eletrônico, na data e horário estabelecidos.

1.1.3. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e locais estabelecidos no preâmbulo deste Edital, desde que não haja comunicação do(a) Pregoeiro(a) em contrário.

1.1.4. Os horários mencionados neste Edital de Licitação referem-se ao horário oficial de Brasília/DF.

2. DO OBJETO

2.1. O objeto da presente licitação é a **contratação** de serviço de empresa especializada na prestação de serviços de INTERMEDIÇÃO DE LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) por meio de plataforma digital via website e dispositivos móveis (smartphone, tablet e outros) para os 52 municípios do estado de Rondônia, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência Anexo I.

2.2. Em caso de divergência existente entre as especificações do objeto descritas no sistema eletrônico – Portal de Compras do Governo Federal, e as especificações constantes no ANEXO I deste Edital – Termo de Referência, prevalecerão as últimas.

2.3. Das especificações técnicas/quantidades do objeto: Ficam aquelas estabelecidas no item 3. e seus subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

LOTE ÚNICO					
ITENS	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	QUANT. DE HORAS MENSAIS ESTIMADAS	QUANT. DE HORAS ANUAIS ESTIMADAS
1	Prestação de serviços de INTERMEDIACÃO DE LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) para os 52 municípios do estado de Rondônia, por meio de plataforma digital via website. Deve consistir em uma tradução simultânea, por videochamada, para estabelecer uma comunicação entre a pessoa com deficiência auditiva e a instituição que está prestando atendimento, com a mediação remota de intérpretes fluentes em língua brasileira de sinais. Carga horária mensal estimada: 75 horas.	Serviço	01	75	900
2	Prestação de serviços de INTERMEDIACÃO DE LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) para os 52 municípios do estado de Rondônia, por meio de aplicativo para dispositivos móveis (smartphone, tablet e outros) com internet patrocinada, ou seja, serviço de navegação gratuita para os usuários. Deve consistir em uma tradução simultânea, por videochamada, para estabelecer uma comunicação entre a pessoa com deficiência auditiva e a instituição que está prestando atendimento, com a mediação remota de intérpretes fluentes em língua brasileira de sinais. Carga horária mensal estimada: 75 horas.	Serviço	01	75	900
QUANTIDADE TOTAL DE HORAS ESTIMADAS				150 horas	1.800 horas

2.4. Da garantia do serviço: Ficam aquelas estabelecidas no item 23. e seus subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

2.4.1. Todos os serviços/itens ofertados, no que couber, deverão atender aos dispositivos da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e às demais legislações pertinentes.

2.4.2. Deverão ser substituídos, às suas expensas, os itens em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos a contar da notificação para tal.

2.5 Das condições contratuais/garantia do contratual: Ficam aquelas estabelecidas no item 25 e seus subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

2.5.1. Não serão exigidas Garantias Contratuais, uma vez que o objeto da presente licitação não apresenta grande complexidade.

2.6. Do reajuste e supressão contratual: Ficam aquelas estabelecidas nos itens 24.2 ao 24.3.3. do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

2.6.1. O reajuste ocorrerá conforme as especificações contidas no Decreto Estadual nº 28.874, de 25 de janeiro de 2024.

2.6.2. Os preços serão fixos e irredutíveis pelo período de um ano, contado a partir da data da proposta.

2.6.3. Dentro da vigência do contrato, e mediante solicitação formal da CONTRATADA, os

preços contratados poderão ser reajustados após o período de um ano, com a aplicação do índice IPCA.

2.6.4. A CONTRATADA deverá apresentar memória de cálculo referente ao reajuste sempre que este for realizado.

2.6.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

2.6.6. Na ausência de previsão legal sobre o índice substituto, as partes definirão um novo índice oficial para reajuste do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

2.6.7. O reajuste poderá ser realizado por apostilamento.

2.7. Da fiscalização e acompanhamento do recebimento/execução do objeto: Ficam aquelas estabelecidas no item 26 e seus subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

2.7.1. A Secretaria de Estado da Mulher, da Família, da Assistência e do Desenvolvimento Social - SEAS, conforme os termos do art. 117, § 1º e 2º, da Lei nº. 14.133/21, designará 1 (um) ou mais representantes para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. As decisões e providências que ultrapassarem a sua competência deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, in verbis:

§ 1º O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

§ 2º O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

§ 3º O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

2.7.2. A fiscalização de que trata o item anterior não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133/21.

2.8. Da entrega/recebimento: Ficam aquelas estabelecidas no item 13. e subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

2.8.1. No recebimento e aceitação do serviço, serão observadas as especificações contidas no Termo de Referência.

2.8.2. O recebimento se dará da seguinte forma:

2.8.3. RECEBIMENTO PROVISÓRIO:

2.8.4. Será recebido **PROVISORIAMENTE**, para efeito de verificação da conformidade dos serviços prestados, em cada etapa, em relação à qualidade e quantidades conforme especificações exigidas, o prazo máximo de até **03 (três) dias úteis**, contados da data de sua efetiva realização.

2.8.5. RECEBIMENTO DEFINITIVO:

2.8.6. Será realizado após a conclusão de cada etapa, mediante comprovação da qualidade, quantidade e características dos serviços, conforme as especificações do Termo de Referência e da proposta,

no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir do aceite do setor solicitante.

2.8.7. O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade civil quanto à qualidade, correção, solidez e segurança do objeto contratual, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

2.8.8. A realização dos serviços será integralmente recusada pela Comissão de Recebimento caso seja constatada qualquer divergência em relação às especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência.

2.8.9. O recebimento será certificado pela Comissão de Recebimento de Serviços nomeada pela **CONTRATANTE**.

2.8.10. Havendo necessidade de corrigir o serviço, deverá ocorrer a correção no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos, contados a partir do Recebimento da Notificação, ficando a cargo da CONTRATADA todas as eventuais despesas referentes ao serviço.

2.9. Do pagamento: Ficam aquelas estabelecidas nos item 11 e 14 e seus respectivos subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

2.9.1. No último dia útil de cada mês, a CONTRATADA deverá efetuar a apuração das horas de atendimento efetuadas no respectivo mês, e, considerando os recursos contratados, elaborar o correspondente relatório contendo dias, horários e quantidades de atendimentos efetuados, além do tipo de deficiência dos atendidos, tipo de demanda e encaminhamento proposto.

2.9.2. Para efeito de pagamento, as medições deverão ser realizadas com o seguinte procedimento:

2.9.3. No primeiro dia útil subsequente ao mês que os serviços foram prestados, a CONTRATADA deverá entregar o relatório contendo os quantitativos mensais descritos no item acima e os respectivos valores apurados.

2.9.4. Na hipótese de glosas e/ou incorreções de quantitativos e/ou valores, a CONTRATANTE solicitará à CONTRATADA a retificação do relatório, objetivando a emissão da Nota Fiscal.

2.9.5. Serão consideradas somente as horas de atendimento efetivamente realizadas e apuradas da seguinte forma:

2.9.6. O valor do pagamento será obtido mediante aplicação do preço global contratado às correspondentes quantidades de **horas efetivamente realizadas**, descontadas as importâncias relativas às quantidades de serviços não aceitas e glosadas pela CONTRATANTE por motivos imputáveis à CONTRATADA.

2.9.7. Os descontos indicados no item anterior não prejudica a aplicação de sanções à CONTRATADA, em razão da não execução dos serviços.

2.9.8. Caso a medição não seja composta por número inteiro de horas, será aplicado o fechamento proporcional à minutagem alcançada.

2.9.9. Após a conferência dos quantitativos e valores apresentados, a CONTRATANTE atestará a medição mensal, comunicando a CONTRATADA, no prazo de 3 (três) dias contados do recebimento do relatório, o valor aprovado, e autorizando a emissão da correspondente Nota Fiscal Fatura, a ser apresentada no primeiro dia útil subsequente à comunicação dos valores aprovados.

2.9.10. As Notas Fiscais-Fatura deverão ser emitidas pela CONTRATADA e enviadas, em formato eletrônico, à CONTRATANTE.

2.9.11. Deverão ser apresentadas na SEAS, Notas Fiscais/Faturas emitidas em nome do fundo que será identificado na Ordem de Fornecimento/no Contrato, devendo conter no corpo da mesma: a descrição do Objeto, respectiva nota de empenho da despesa, número do processo e número da Agência e Conta Bancária da Empresa para depósito do pagamento, acompanhada da apresentação da certidão de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual, sendo verificada nos sítios eletrônicos, devendo ser negativa ou ainda, positiva com auto de negativa.

2.9.12. O pagamento de dará conforme o Item 11 "Da Medição dos Serviços".

2.9.13. Sem prejuízo dos demais requisitos, para efeito de pagamento, observar-se-á o seguinte:

2.9.14. As solicitações de pagamento deverão ser formalizadas pela CONTRATADA por meio de pedido subscrito pelo seu representante legal, indicando o número do contrato administrativo e os dados para pagamento, junto à nota fiscal, fatura ou documento equivalente que ateste o cumprimento do objeto, indicando o valor e o período da prestação do serviço ou do fornecimento, conforme disposição expressa no art. 188, do Decreto Estadual nº 28.874/2024;

2.9.15. Deverão acompanhar as solicitações de pagamento: certidão de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual; e, nos casos de contrato de prestação de serviços contínuos com dedicação exclusiva (ou predominante) de mão de obra, certidão de regularidade previdenciária e trabalhista, além dos documentos comprobatórios do cumprimento das respectivas obrigações nos termos do art. 24 do Decreto Estadual nº 28.874/2024;

2.9.16. Pela fiel e perfeita execução do objeto definido neste Termo de Referência, a SEAS/RO realizará o pagamento, mediante a entrega da(s) nota(s) fiscais(is), que corresponderá(ão) ao valor da parcela do serviço contratado e entregue;

2.9.17. No preço a ser pago, deverão estar inclusas todas as despesas inerentes a salários encargos sociais, tributários, trabalhistas e comerciais, dentre outras (quando houver);

2.9.18. A(s) notas(s) Fiscal(is) deverá(ão) ser certificada(s) pelo servidor encarregado de fiscalizar a realização dos serviços, comprovando a execução do objeto contratado;

2.9.19. A CONTRATANTE poderá deduzir do montante a pagar à CONTRATADA, os valores correspondentes às multas ou indenizações devidas por esta, previstas neste Termo de Referência.

2.9.20. Os pagamentos serão efetuados no prazo de até **15 (quinze) dias úteis** após habilitação do pagamento, conforme o art. 190, do Decreto Estadual n. 28.874/2024, devidamente atestada pela comissão designada competente para recebimento.

2.9.21. Constando-se quaisquer incorreções na nota fiscal, bem como qualquer outra circunstância que desaconselhe o seu pagamento, o prazo para o pagamento constante do item acima fluirá a partir da respectiva regularização.

2.9.22. O pagamento da despesa só será efetuado quando ordenado após sua regular liquidação.

2.9.23. Havendo qualquer divergência no pagamento, será efetuado o pagamento da parcela incontroversa, sem prejuízo da apuração do valor controvertido.

2.9.24. A empresa CONTRATADA deverá indicar no corpo da nota fiscal, o número e nome do banco, agência e número da conta para qual deverá ser realizado o pagamento, via ordem bancária.

2.9.25. A CONTRATANTE não efetuará pagamento de título descontado ou por meio de cobrança em banco, bem como os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de factoring.

2.9.26. A nota fiscal deverá ser emitida observando-se os dados, tais como nome CNPJ do Fundo ou Unidade Gestora designado na Ordem de Serviço/Contrato e demais informações constantes no documentos a serem enviados.

2.9.27. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da empresa CONTRATADA.

2.9.28. O pagamento efetuado à empresa CONTRATADA não a isentará de suas responsabilidades vinculadas a entrega dos serviços, especialmente aquelas relacionada com a qualidade e garantia dos serviços oferecidos.

2.9.29. A nota fiscal deverá ser encaminhada em PDF por e-mail, com as respectivas documentações.

2.9.30. O pagamento só poderá ser efetuado após a certificação da nota fiscal pela comissão de fiscalização e recebimento de serviços.

2.10. Da obrigação da contratada: Ficam aquelas estabelecidas nos itens 22.2. ao 22.2.18. do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

2.10.1. Assinar o contrato ou receber a nota de empenho quando convocada a fazê-lo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis.

2.10.2. Possuir toda a infraestrutura necessária, adequada e suficiente, garantindo o uso de materiais de qualidade e a atuação de pessoal capacitado e especializado, de forma a assegurar a execução eficiente e conforme as exigências contratuais.

2.10.3. A CONTRATADA deverá fornecer informações acerca da pesquisa de satisfação do atendimento ao usuário.

2.10.4. Responsabilizar-se na prestação do serviço, incluindo custos operacionais, taxas, licenças e a manutenção da plataforma digital utilizada para a intermediação de LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) via website e dispositivos móveis (smartphone, tablet e outros).

2.10.5. A CONTRATADA deverá emitir, até o 5º (quinto) dia do mês subsequente, relatório de Prestação de Contas, contendo o número de atendimentos realizados.

2.10.6. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

2.10.7. Realizar o serviço em conformidade com todas as especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, empregando os recursos necessários para o cumprimento integral das cláusulas contratuais. Além disso, fornecer os produtos na quantidade e qualidade especificadas, assegurando a execução plena e satisfatória do contrato.

2.10.8. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, conforme o caso, os serviços realizados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da sua execução, no prazo de 05 (cinco) dias corridos.

2.10.9. Assumir todos os ônus decorrentes do objeto deste Termo de Referência e se responsabilizar por todas as obrigações previstas na legislação fiscal, previdenciária, tributária e trabalhista, respondendo por si e por seus sucessores.

2.10.10. Responsabilizar-se, integralmente, por todos os tributos, taxas e contribuições (inclusive para fiscais), que direta ou indiretamente, incidam ou vierem a incidir sobre a contratação.

2.10.11. Responsabilizar-se e indenizar todos os danos e prejuízos que, a qualquer título, causar a terceiros em virtude da execução do objeto.

2.10.12. Instruir seus empregados sobre a necessidade de acatar as normas internas da Administração, observando os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

2.10.13. Agir com urbanidade no relacionamento com os servidores da CONTRATANTE e com terceiros, garantindo um ambiente de respeito e colaboração.

2.10.14. Todas as despesas referentes a frete, taxas, montagens e outros, necessários para o transporte e execução dos serviços devem ocorrer por conta da CONTRATADA.

2.10.15. Quando houver formalização contratual, aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que se fizerem necessárias, no montante de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado, de acordo com o art. 125, da Lei 14.133/2021.

2.10.16. Providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades constatadas, sem ônus para a CONTRATANTE, caso verifique que os mesmos não atendem as especificações deste Termo de Referência.

2.10.17. Manifestar o recebimento da Ordem de Fornecimento no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do envio.

2.10.18. Comunicar à CONTRATANTE, por escrito via E-mail **dafcontratos2019@gmail.com**, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, que antecede a data da realização, quaisquer alterações, ou acontecimentos, que impeçam, mesmo que temporariamente, de cumprir seus deveres e responsabilidades relativas à execução do Contrato, total ou parcialmente, por motivo de caso fortuito ou força maior.

2.11. Da obrigação da contratante: Ficam aquelas estabelecidas nos itens 22.1. ao 22.1.12. do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

2.11.1. Fiscalizar, conforme lhe aprouver e no seu exclusivo interesse, o cumprimento exato das cláusulas e condições contratadas, registrando eventuais deficiências e comunicando-as, por escrito, ao Gestor do Contrato para a devida correção das irregularidades apontadas.

2.11.2. Comunicar imediatamente à CONTRATADA quaisquer irregularidades na execução do contrato e receber dela informações sobre as providências adotadas.

2.11.3. Promover o recebimento provisório e definitivo nos prazos estabelecidos.

2.11.4. Caberá ao servidor designado para o recebimento rejeitar qualquer item que não esteja em conformidade com as exigências deste instrumento.

2.11.5. Fiscalizar a execução do serviço.

2.11.6. Efetuar o pagamento no prazo devido.

2.11.7. Fornecer à CONTRATADA todas as informações necessárias para o bom e fiel cumprimento do contrato.

2.11.8. Notificar a CONTRATADA, por escrito, acerca de eventuais imperfeições na execução do serviço, determinando sua imediata correção.

2.11.9. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do objeto, especialmente quanto à aplicação de penalidades pelo descumprimento total ou parcial do contrato.

2.11.10. Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto que estiver em desacordo com o discriminado no presente Termo de Referência.

2.11.11. Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

2.11.12. A ausência de comunicação por parte da SEAS, referente a irregularidades ou falhas, não exime a CONTRATADA das responsabilidades determinadas no Termo de Referência.

2.12. Dos critérios de sustentabilidade: Ficam aquelas estabelecidas no item 9.4. e subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

2.12.1. Será de total responsabilidade da CONTRATADA o cumprimento das normas ambientais vigentes para o fornecimento do objeto.

2.12.2. A empresa CONTRATADA deverá tomar todos os cuidados necessários para que a execução dos serviços não decorra qualquer degradação ao meio ambiente.

2.12.3. A empresa CONTRATADA deverá assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas cabíveis para a correção dos danos que vierem a ser causados, caso ocorra passivo ambiental, em decorrência da execução de suas atividades objeto desta contratação.

2.12.4. A empresa CONTRATADA deverá adotar os critérios de sustentabilidade ambiental, no que couber, conforme disposições constantes no capítulo II do Art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

3. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

3.1. De acordo com o Art. 164, da Lei nº 14.133, de 2021, qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, observado o seguinte procedimento:

3.1.1. Envio exclusivo para o endereço eletrônico: cogen1.supel@gmail.com;

3.1.2. Após o envio do e-mail, a licitante deverá certificar-se quanto à confirmação de recebimento pelo Núcleo de Atendimento desta Superintendência, para não tornar sem efeito, pelo telefone **(069) 3212-9243** ou ainda, concomitantemente, caso julgue necessário, protocolar o original presencialmente na **SUPEL**, no horário das 07h30min. às 13h30min (horário local), de segunda-feira a sexta-feira, situada na Av. Farquar, 2986 - Bairro: Pedrinhas Complemento: Complexo Rio Madeira, Ed. Pacaás Novos - 2º Andar, em Porto Velho/RO - CEP: 76.801-470;

3.1.3. Mencionar o número do Pregão, o ano e o número do processo licitatório.

3.2. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame, de forma que a concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada nos autos do processo de licitação.

3.3. A decisão do(a) Pregoeiro(a) quanto a impugnação será informada preferencialmente via e-mail (aquele informado na impugnação), e através do campo próprio do Sistema Eletrônico do site Compras.gov.br, sendo necessariamente divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, ficando o licitante obrigado a acessá-lo para obtenção das informações prestadas pelo(a) Pregoeiro(a), na forma do Art. 164, parágrafo único da Lei 14.133/2021.

3.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - **SICAF** e no Portal de Compras do Governo Federal (<https://www.gov.br/compras/pt-br>), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – **ICP** – Brasil.

4.2. Os licitantes deverão obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e de seus anexos.

4.2.1. Ante eventual ausência de regramento específico em Edital, deverão ser observados os inseridos no Termo de Referência, sempre pautando-se na legislação vigente.

4.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles que se tornem desatualizados.

4.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar **desclassificação** no momento da habilitação.

4.6. Não poderão disputar esta licitação, direta ou indiretamente:

4.6.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.6.2. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de penalidade que lhe foi imposta de:

4.6.2.1. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de Rondônia, nos termos do art. 156, III, § 4º, da Lei n. 14.133/2021;

4.6.2.2. Declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, na forma do art. 156, IV, § 5º, da Lei n. 14.133/2021;

4.6.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa e judicialmente;

4.6.4. Aquele que se enquadre no disposto do art. 14, da Lei n. 14.133, de 2021;

4.6.5. Agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, conforme [§§ 1º e 2º do art.](#)

4.6.6. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio observar o art. 15 da Lei n. 14.133, de 2021 e disposição constante no item 32. e subitens do Anexo I - Termo de Referência.

4.6.7. FORMA DE CONSÓRCIO:

4.6.7.1. É vedada a participação de empresas sob a forma de consórcio, uma vez que a união de esforços se faz necessária apenas na questão de alta complexibilidade e de relevante vulto, que impeçam a participação isoladas de empresas, que não é o caso do objeto em questão. A formação de Consórcios nesta licitação poderá ensejar na redução do caráter competitivo do certame, visto que, trata-se de fornecimento de bem comum.

4.6.8. SOCIEDADES COOPERATIVAS:

4.6.9. A participação de cooperativas será permitida, desde que seu objeto seja compatível com o definido neste Termo, e sua constituição e funcionamento observem, conforme o caso, as regras estabelecidas no artigo 16 da Lei nº 14.133/2021 e demais legislações aplicáveis.

4.6.10. Da subcontratação: Ficam aquelas estabelecidas no item 19. e subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

4.6.11. A subcontratação apenas se mostra cabível quando o objeto a ser licitado comporta execução complexa, de modo que alguma fase ou etapa requeira a participação de terceiros, em razão da necessidade de especialização ou atividade diversa daquela praticada pela contratada, como material principal.

4.6.12. Os itens que compõem a solução são comuns, de fácil acesso e aquisição, não justificando a necessidade de realizar subcontratação.

4.6.13. Por essa razão, é **VEDADA A SUBCONTRATAÇÃO**, cessão ou transferência, total ou parcial, do objeto deste termo.

5. DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

5.1. Na forma do Art. 4º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, aplicam-se às licitações e contratos disciplinados por esta Lei as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, devendo atentar às regras estabelecidas no regramento específico citado.

5.2. Para obtenção de benefícios a que se refere este item, a licitante deverá apresentar:

5.2.1. Declaração, em campo próprio, caso se enquadre, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#);

5.2.2. Declaração de que no ano-calendário de realização da licitação ainda não tenha celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, na forma do Art. 4º, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.3. A empresa de pequeno porte que, no ano-calendário, exceder o limite de receita bruta anual, previsto no inciso II, do caput do artigo 3º da Lei Complementar n. 123/06, fica excluída, no mês subsequente à ocorrência do excesso, do tratamento jurídico diferenciado, bem como do regime de que trata o art. 12, para todos os efeitos legais, ressalvado o disposto nos §§9º-A, 10 e 12, da mesma **LC 123/06**.

5.3. A falsidade da declaração sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, neste Edital e em normas correlatas.

5.4. Nos itens/lotes destinados à exclusiva participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte e equiparadas aplica-se o Decreto Estadual nº 21.675/2017, no que couber.

6. DO REGISTRO DA PROPOSTA NO SISTEMA ELETRÔNICO

6.1. A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á por meio da digitação da senha privativa do Licitante a partir da data da liberação do Edital, até o horário limite de início da Sessão Pública, horário de Brasília.

6.2. O licitante deverá registrar sua proposta, no sistema eletrônico, com os seguintes campos: Valor unitário e total do item ou valor global, ou percentual de desconto; descrição detalhada do objeto, contendo as informações conforme à especificação do Termo de Referência.

6.2.1. A licitante deverá preencher o campo "marca" apenas com a marca específica do produto que deseja ofertar, sob pena de ser desclassificada caso não esteja de acordo.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. As ofertas de propostas dos licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos neste Edital.

6.6. As propostas registradas através do preenchimento no momento do cadastro no Sistema **COMPRAS.GOV.BR NÃO DEVEM CONTER NENHUMA IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA PROPONENTE**, visando atender o princípio da impessoalidade e preservar o sigilo das propostas.

6.7. Quando **da inclusão do anexo da proposta no sistema eletrônico, as empresas deverão fornecer as informações necessárias para a identificação da proposta em conformidade com o item 18. e subitens do Anexo I deste Edital - Termo de Referência, que somente será pública após a fase de lances:**

6.8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:

6.9. O critério de julgamento das propostas será de **MENOR PREÇO POR LOTE**.

6.10. O licitante deverá encaminhar proposta de preços com o detalhamento do lote ofertado, a marca (se couber) e os preços unitário e total.

6.11. A proposta deverá atender todas as condições e especificações deste instrumento.

6.12. O preço ofertado deve ter a inclusão dos tributos, fretes, tarifas e as despesas decorrentes da execução.

6.13. Não será aceita oferta de objeto com especificações inferiores ou divergentes do TR.

6.14. Na fase de julgamento, a SEAS poderá, em relação ao licitante provisoriamente vencedor, realizar análise e avaliação da conformidade da proposta, mediante homologação de amostras, em conformidade com o art. 17, § 3º, da Lei 14.133/2021.

7. DA FORMULAÇÃO DE LANCES, CONVOCAÇÃO ME/EPP E CRITÉRIO DE DESEMPATE

7.1. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.2. O lance deverá ser ofertado pelo valor **UNITÁRIO** de cada item.

7.3. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.4. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.5. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor

oferta, deverá ser de:

a) 1% (um por cento), quando o item licitado possuir valor estimado acima de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais);

b) 2% (dois por cento), quando o item licitado possuir valor estimado de até R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

7.6. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecuível.

7.7. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa ABERTO, conforme **item 18.3. do Anexo I deste Edital - Termo de Referência.**

7.8. Após o encerramento da etapa de lances, será verificado se há empate entre as licitantes que neste caso, por força da aplicação da exclusividade obrigatoriamente se enquadram como Microempresa – M E ou Empresa de Pequeno Porte – EPP, conforme determina a Lei Complementar n. 123/06, **CONTROLADO SOMENTE PELO SISTEMA COMPRAS.GOV.BR.**

7.9. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no **art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021**, nesta ordem:

a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133, de 2021;

c) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

d) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.10. Persistindo o empate, será realizado **SORTEIO ELETRÔNICO** através do sistema Compras.gov, em sessão pública entre as propostas empatadas, nos moldes do artigo 28, §§ 1º e 2º da Instrução Normativa **SEGES/MGI Nº 79**.

7.11. Em caso de impossibilidade de utilização do subitem 10.10, a sessão pública de sorteio será efetuada de forma presencial, podendo qualquer interessado participar, sendo transmitida em canal oficial da Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL, sendo observado os procedimentos, a saber:

a) Informação no chat da sessão pública quanto: data, hora e local da sessão para o procedimento de desempate das propostas, a ser realizado no site **Sorteador.com.br!** (ou outro compatível);

b) Por ordem alfabética, será disponibilizado a indicação dos nomes das licitantes, que se encontram em situação de propostas empatadas, no site indicado na alínea "a" do subitem 7.11;

c) A primeira licitante sorteada, será a primeira classificada. A sequência classificatória das propostas empatadas seguirá em ordem sucessiva;

d) A sessão será oficialmente encerrada após a conclusão desses procedimentos, e o registro audiovisual da sessão permanecerá para visualização no canal oficial da Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL.

e) Haverá transmissão ao vivo da sessão do sorteio nos canais oficiais SUPEL: <https://www.youtube.com/@supelro5251> e <https://www.instagram.com/supelrondonia/>

f) Haverá lavratura de ata de sorteio, com presença de testemunhas, que será incluída no processo administrativo;

7.12. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o (a) Pregoeiro (a) poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

8. DA FASE DE NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS

8.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 4 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

8.2. Seguidamente será realizada a negociação e atualização dos preços por meio do **CHAT MENSAGEM** do sistema Compras.gov.br, devendo o (a) Pregoeiro (a) examinar a compatibilidade dos preços em relação ao estimado para contratação.

8.2.1. Serão aceitos somente preços em moeda corrente nacional (R\$), com valores unitários e totais com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no Anexo I – Termo de Referência. Caso seja encerrada a fase de lances, e a licitante divergir com o exigido, o (a) Pregoeiro (a), poderá convocar no chat de mensagens para atualização do referido lance e/ou realizar a atualização dos valores arredondando-os para menos automaticamente caso a licitante permaneça inerte.

8.3. O (a) Pregoeiro (a) não aceitará o item cujo preço seja superior ao estimado (valor de mercado) para a contratação.

8.3.1. Sob análise do (a) Pregoeiro (a), poderá ser convocada todas as licitantes, que estejam dentro do valor estimado para contratação, para que no prazo de 02 (duas) horas, se outro prazo não for fixado, envie a proposta adequada ao último valor ofertado, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital.

8.3.1.1. O prazo previsto no subitem 8.3.1 poderá ser prorrogado por igual período, desde que o licitante faça o pedido no sistema antes do prazo final

8.3.1.2. A prorrogação do prazo previsto no subitem 8.3.1.1 poderá ser concedida, a critério da Administração Pública e/ou quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

8.3.2. Caberá ao licitante remeter no prazo estabelecido, exclusivamente via sistema Compras.gov, a proposta atualizada com o preço ou desconto, sob pena de desclassificação.

8.3.3. A PROPOSTA DE PREÇOS deverá conter: o valor devidamente atualizado do lance e/ ou da negociação ofertados, com a especificação completa do objeto, contendo marca/modelo/fabricante, **SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO**, em caso de descumprimento das exigências.

8.4. Para fins de aceitação da proposta o (a) Pregoeiro (a) examinará a proposta ajustada quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação aos valores estimados para contratação, podendo solicitar manifestação técnica e jurídica de outros setores do órgão, a fim de subsidiar sua decisão.

8.5. Quando houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, será oportunizado ao licitante o Princípio do Contraditório e da Ampla Defesa, para que querendo esclareça a composição do preço da sua proposta, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do [artigo 59 da Lei Federal nº 14.133/2021](#).

8.6. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do órgão requisitante, ou da área especializada no objeto.

8.7. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no item XXX do Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8.8. **A PROPOSTA DE PREÇOS**, inserida no sistema de Compras.gov.br deverá estar de acordo com o [item 18.1 e subitens do Anexo I - termo de Referência](#).

8.9. As propostas terão validade mínima de 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

8.9.1. **A SUPEL** solicitará às empresas, cujas propostas estiverem com prazo de vencimento inferior a **10 (dez) dias**, após declarada habilitada, para que façam a devida atualização com o intuito de dar celeridade ao processo de adjudicação e homologação pela Unidade Gestora.

8.9.2. As propostas com prazo de vencimento superior ao mencionado no item 8.9.1., serão enviadas imediatamente à Unidade Gestora sem a referida atualização temporal, para que se dê início ao procedimento homologatório.

8.9.2.1. Quando o processo for encaminhado para homologação juntamente com a proposta atualizada, cujo prazo de vencimento seja superior a 10 (dez) dias, ficará a cargo da **SUPEL** informar à Unidade o prazo em dias restante para o vencimento.

8.9.3. Decorrido o prazo de vencimento da proposta sem que a Unidade Gestora promova a homologação, a esta recai a responsabilidade de solicitar às licitantes a atualização.

8.9.4. O procedimento mencionado no item 8.9.1 será dispensado nos processos em que for certificada a necessidade de prioridade de tramitação, de modo que as propostas serão encaminhadas à Unidade Gestora para os atos de homologação, desde que dentro da validade, após finalizada a fase de habilitação.

8.10. Na ocasião da homologação, caso haja divergências entre o valor constante do documento da proposta, enviado pela licitante, e o valor final das negociações registradas no Termo de Julgamento, será considerado o registrado no para fins de homologação.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Serão realizadas consultas, ao Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual - **CAGEFIMP**, instituído pela Lei Estadual 2.414, de 18 de fevereiro de 2011, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - **CEIS/CGU** (Lei Federal 12.846/2013), Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - **SICAF**, Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php) e Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União - **TCU**.

9.2. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.3. A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO ANEXADA NO SISTEMA COMPRAS.GOV TERÁ EFEITO PARA TODOS OS ITENS, OS QUAIS A EMPRESA ENCONTRA-SE CLASSIFICADA.

9.4. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do **SICAF** e/ou Cadastro Geral de Fornecedores – **CAGEFOR** da **SUPEL**, assegurando aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

9.4.1. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar inabilitação.

9.6 A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.7. O Pregoeiro, após da aceitação do(s) item(ns), convocará a licitante melhor classificada para que, no prazo de 2 (duas) horas, se outro prazo não for fixado, envie os documentos de habilitação.

9.7.1. O prazo previsto no subitem 9.7 poderá ser prorrogado por igual período, desde que o licitante faça o pedido no sistema antes do prazo final

9.7.2. A prorrogação do prazo previsto no subitem 9.7.1 poderá ser concedida, a critério da Administração Pública e/ou quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.8. Caberá ao licitante remeter no prazo estabelecido, exclusivamente via sistema Compras.gov a documentação exigida e atualizada, nos termos do Edital, sob pena de inabilitação.

9.9. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

9.10. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

9.11. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

9.12. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.13. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.14. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC n. 123, de 2006 e alterações.

9.15. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado prazo de 5 (cinco) dias úteis para sua regularização pelo licitante, prorrogável por igual período, com início no dia em que o proponente for declarado vencedor do certame.

9.16. A prorrogação do prazo previsto no subitem 9.11.1 poderá ser concedida, a critério da Administração Pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.17. Ressalvado os documentos possíveis de verificação conforme item 9.4, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital e anexos, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

9.18. RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

a) Comprovação de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (**CPF**) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (**CNPJ**);

b) Comprovação de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) Prova de regularidade perante a Fazenda federal;

d) Prova de regularidade Estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

e) Certidão de Regularidade do **FGTS**, relativa à Seguridade Social e ao **FGTS**, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

f) Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão de Regularidade de Débito – **CNDT**, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento.

9.19. RELATIVOS À HABILITAÇÃO JURÍDICA

a) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

b) Em se tratando de microempreendedor individual – **MEI**: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - **CCMEI**, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/>;

c) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - **EIRELI**: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

d) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

e) No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas

Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

f) No caso de agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – **DAP** ou **DAP- P** válida, ou, ainda, outros documentos definidos pelo Ministério do Desenvolvimento Social, conforme Decreto nº 11.802, de 28/11/2023.

g) No caso de produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do **INSS – CEI**, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa **RFB** nº 2110, de 2022.

h) No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização, e se for o caso, ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

9.13.1. Os documentos acima deverão estar acompanhados da última alteração ou da consolidação respectiva.

9.20. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA

9.20.1. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor serão aqueles estabelecidos no item 20.4. ao 20.4.2. do Anexo I deste edital - Termo de Referência.

9.20.2. Apresentar o Balanço Patrimonial, referente aos **2 (dois) últimos exercícios sociais**, ou o Balanço de Abertura, caso a licitante tenha sido constituída em menos de um ano, devidamente autenticado ou registrado no órgão competente, para que o(a) Pregoeiro(a) possa aferir se esta possui Patrimônio Líquido (licitantes constituídas a mais de um ano) ou Capital Social (licitantes constituídas a menos de um ano), **não inferior a 10% (dez por cento) do valor do estimado da contratação**.

a) no caso do licitante classificado em mais de um item/lote, o aferimento do cumprimento da disposição acima levará em consideração a soma de todos os valores referências;

b) caso seja constatada a insuficiência de patrimônio líquido ou capital social para a integralidade dos itens/lotos em que o licitante estiver classificado, o Pregoeiro o convocará para que decida sobre a desistência do(s) item(ns)/lote(s) até o devido enquadramento a regra acima disposta.

9.0.1. Apresentar a Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

9.21. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

9.21.1. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão aqueles estabelecidos nos itens 20.3. ao 20.3.7. do Anexo I – Termo de Referência deste Edital.

9.21.2. A qualificação técnica será exigida em conformidade com o art.67, §1º da Lei 14.133/21:

Art. 67. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:

§ 1º A exigência de atestados será restrita às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação.

*§ 2º Observado o disposto no **caput** e no § 1º deste artigo, será admitida a exigência de atestados com quantidades mínimas de até 50% (cinquenta por cento) das parcelas de que trata o referido parágrafo, vedadas limitações de tempo e de locais específicos relativas aos atestados.*

9.21.3. Tendo em vista que, no lote único, os itens 01 e 02, individualmente, **ultrapassam os 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação**, será exigida a **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA** da CONTRATADA de ambos os itens.

9.21.4. A CONTRATADA deverá apresentar Atestado de Capacidade Técnica, compatível em características e quantidades, comprovando a realização dos serviços condizentes com objeto desta licitação de, **no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento)** do quantitativo previsto neste instrumento, permitida a soma

de contratos, concomitantes ou não, para atingir a quantidade exigida.

9.21.5. Entende-se por pertinente e compatível em **características** o(s) atestado(s) que em sua individualidade ou soma de atestados, contemplem a parcela de maior relevância do serviço/fornecimento objeto dessa solicitação, comprovando que a licitante prestou/forneceu os serviços/materiais condizentes com o item que apresentar proposta.

9.21.6. Na ocorrência do percentual requerido para o quantitativo apresentar fração, considerar-se-á o número inteiro imediatamente superior.

9.21.7. O atestado deverá indicar dados da entidade emissora (razão social, CNPJ, endereço, telefone, fax, data de emissão) e dos signatários do documento (nome, função, telefone, etc.), além da descrição do objeto e quantidade expressa em unidade ou valor e os prazos em que foram fornecidos.

9.21.8. O declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

9.21.9 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.21.10. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcionem no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.22. DAS DECLARAÇÕES:

9.22.1. Será verificado, no sistema eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>, se, no momento do cadastramento da proposta inicial, os licitantes declararam o cumprimento das exigências previstas nas disposições legais aplicáveis:

a) Ciência em relação ao inteiro teor do ato convocatório e dos seus anexos e concordar com suas condições, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

b) Que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo.

c) Que atende aos requisitos de habilitação previstos em lei e no instrumento convocatório

d) Inexiste impedimento à minha habilitação e comunicarei a superveniência de ocorrência impeditiva ao órgão ou entidade contratante.

e) Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

f) Ciência em relação a todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

g) Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

h) Observância aos incisos III e IV do art. 1º e cumprimento do disposto no inciso III do art. 5º, todos da Constituição Federal de 1988, que veda o tratamento desumano ou degradante

i) Cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis.

j) O licitante organizado em **COOPERATIVA** deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

k) Declaração, caso se enquadre, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#).

k.1) A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, na forma do Art. 4º, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021. OBS:(Esta declaração deverá ser enviada/apresentada, juntamente com os documentos de habilitação, uma vez que não consta como campo específico na plataforma Compras.gov.br).

9.22.2 Não será necessária a juntada das documentações exigidas diretamente na plataforma Compras.gov.br, em meio eletrônico, juntamente com os demais documentos de habilitação e proposta.

9.22.3. Outras declarações eventualmente exigidas no item 20.6. e subitens do Anexo I deste edital - Termo de Referência

9.22.4. Apresentar a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, em conformidade com o art. 63, IV, da Lei 14.133/2021.

9.22.5. Apresentar a declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, conforme o solicitado no artigo 67, inciso VI da Lei 14.133/2021.

9.22.6. Apresentar a certidão negativa do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade.

9.22.7. Apresentar a regularidade no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNPE) e no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS).

9.22.8. As licitantes que deixarem de apresentar os documentos exigidos para a Habilitação ou os apresentar em desacordo com o estabelecido neste Edital, serão inabilitadas.

10. DO RECURSO

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#) após a fase de **JULGAMENTO** e **HABILITAÇÃO**, declarada a empresa **VENCEDORA** do certame, qualquer Licitante dentro do prazo poderá manifestar em campo próprio do Sistema Eletrônico, de forma imediata sua intenção de recorrer no prazo mínimo de 10 (dez) minutos, em cada fase.

10.1.1. A intenção de recorrer deverá ser registrada imediatamente, sob pena de preclusão.

10.2. As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de três dias úteis, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 8º, da ata de julgamento.

10.3. Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de três dias úteis, contado da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

10.4. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.

10.7. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11. DA HOMOLOGAÇÃO

11.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esgotados os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior da unidade demandante para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

12. DA REVOGAÇÃO E DA ANULAÇÃO

12.1. A autoridade superior poderá revogar o procedimento licitatório por motivo de conveniência e oportunidade, e deverá anular por ilegalidade insanável, de ofício ou por provocação de terceiros, assegurada a prévia manifestação dos interessados.

§ 1º O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

§ 2º Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

§ 3º Na hipótese da ilegalidade de que trata o caput ser constatada durante a execução contratual, aplica-se o disposto no art. 147 da Lei nº 14.133, de 2021.

13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

13.1. A licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas nos termos do art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal e **sanções** previstas no item 27 e subitens do Termo de Referência - Anexo ao edital.

13.2. Sem prejuízo das sanções cominadas no Art. 155, da Lei 14.133/21, pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à CONTRATADA multa de até 10% (dez por cento) do valor contrato.

13.3. São exemplos de infração administrativa penalizáveis, nos termos do Art. 155 da Lei 14.133/21:

13.3.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

13.3.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

13.3.3. dar causa à inexecução total do contrato;

13.3.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

13.3.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

13.3.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

13.3.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

13.3.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a contratação ou a execução do contrato;

13.3.9. fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

13.3.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

13.3.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;

13.3.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.4. Segundo o art. 156, da Lei nº 14.133/2021, serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

13.4.1. Advertência;

13.4.2. Multa;

13.4.3. Impedimento de licitar e contratar;

13.4.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

§ 1º Na aplicação das sanções serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§ 2º A sanção prevista no inciso I do caput deste artigo será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

§ 3º A sanção prevista no inciso II do caput deste artigo, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 desta Lei.

§ 4º A sanção prevista no inciso III do caput deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

§ 5º A sanção prevista no inciso IV do caput deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 desta Lei, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§ 6º A sanção estabelecida no inciso IV do caput deste artigo será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

I - quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de ministro de Estado, de secretário estadual ou de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;

II - quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente às autoridades referidas no inciso I deste parágrafo, na forma de regulamento.

§ 7º As sanções previstas nos incisos I, III e IV do caput deste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do caput deste artigo.

§ 8º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

§ 9º A aplicação das sanções previstas no caput deste artigo não exclui, em hipótese

alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

13.4.5. Multa por atraso na execução do serviço.:

13.4.6. 0,5% (cinco décimos por cento) até 1% (um por cento) por dia sobre o valor contratado em caso de atraso na entrega do bem, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

13.4.7. 0,5% (cinco décimos por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor contratado, em caso de atraso na entrega do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima.

13.4.8. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

13.4.9. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrava pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

13.4.10. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades do Estado, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até 3 (três) anos.

13.4.11. A sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da lei 14.133/21, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

13.4.12. A sanção declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art.155 da lei 14.133/21, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida cláusula anterior (sanção de impedimento de licitar e contratar), e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

13.4.13. Para efeito de aplicação de multas, sem prejuízo das mesmas, as infrações se darão de acordo com as específicas abaixo em rol exemplificativo:

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	PORCENTAGEM
1	Usar indevidamente informações sigilosas a que teve acesso, por ocorrência;	4%
2	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	5%
3	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia;	1,5%
4	Recusar-se a entregar o bem determinado pela FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado; por ocorrência;	0,5%
5	Entregar o bem incompleto, paliativo substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar; por ocorrência;	1,5%
PARA OS ITENS A SEGUIR, DEIXAR DE:		
6	Manter atualizado <u>endereço eletrônico</u> durante toda a execução do contrato/fornecimento;	1,5%
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	1,5%

8	Comunicar a CONTRATANTE dentro do Prazo estipulado no item 22.2.18 quaisquer alterações ou acontecimentos que impeçam a entrega do objeto;	10%
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	5%
10	Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, as partes do objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, no prazo máximo de 15 dias úteis a contar da notificação para tal;	5%
11	Entregar o objeto de acordo com as especificações constantes da SAMS e Termo de Referência em consonância com a proposta apresentada;	10%
12	Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que fizerem nos serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato;	10%
13	Deixar de cumprir quaisquer as cláusulas "Das obrigações da CONTRATADA" (item 22.2 e seus subitens).	De 0,5% a 10% (A definição da porcentagem a ser aplicada obedecerá a cláusula 27.4 deste Termo de Referência)

**incidentes sobre o faturamento mensal.*

13.4.14. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Portaria nº 167 de 04 de abril de 2022 (0027822718).

13.4.15. As multas devidas e/ou prejuízos causados à CONTRATANTE serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do ESTADO, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na dívida ativa e cobrados judicialmente.

13.4.16. Caso a CONTRATANTE determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.4.17. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

13.4.18. As penalidades serão obrigatoriamente registradas na no SICAF ou CAGEFIMP.

13.4.19. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública do Estado de Rondônia.

14. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. Os recursos financeiros necessários para acobertar as despesas decorrentes da contratação, estão consignados no orçamento da Secretaria de Estado da Assistência e do Desenvolvimento Social, **Unidade Gestora SEAS RO**, conforme estabelecido no item 15 do Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

Secretaria de Estado da Mulher, da Família, da Assistência e do Desenvolvimento Social - SEAS									
UG	23001	F. DE RECURSO	1.500.0.00001	PROGRAMA	2112	PROJ. ATIVIDADE	2010	ELEMENTO DE DESPESA	33.90.39

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. A qualquer momento, após a aceitação das propostas, poderão, os licitantes ser convocados a atualizar sua validade, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de desclassificação.

15.2. Será divulgada ata da sessão pública nos sistemas eletrônicos: <https://www.gov.br/compras/pt-br> e no site <https://rondonia.ro.gov.br/supel/licitacoes/>.

15.3. As disposições atinentes à fiscalização e à gestão do contrato, à entrega do objeto e às condições de pagamento deverão ser observadas no Anexo I - Termo de Referência deste Edital.

15.4. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

15.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

15.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

15.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

15.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

15.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

15.10. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

15.10.1. Fica o licitante incumbido de acompanhar todas as operações no sistema. Em caso de problemas técnicos/operacionais dentro da plataforma Compras.gov, deverá ser feita imediata manifestação pela empresa, direta e concomitantemente, à Superintendência Estadual de Compras e Licitações - **SUPEL** via telefone e/ou e-mail (ambos informados no resumo deste edital), sob pena de preclusão do direito de alegação em sede recursal.

15.11. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o (a) Pregoeiro (a) persistir por tempo superior a 1 (uma) hora, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo (a) Pregoeiro (a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

15.12. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://rondonia.ro.gov.br/supel/licitacoes/> e <https://www.gov.br/compras/pt-br>

15.13. Ante eventual ausência de regramento específico em Edital, deverão ser observados os inseridos no Termo de Referência, sempre pautando-se na legislação vigente.

16. DOS ANEXOS

16.1. Fazem parte deste instrumento convocatório, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

ANEXO I - Termo de Referência (70102849)

ANEXO II - Quadro Estimativo de Preços (70288362);

ANEXO III - SAMS (0059036466);

EZEQUIEL SALES DE LIMA

Membro da 1ª Comissão Genérica - SUPEL-COGEN1

Portaria nº 230 de 17 de setembro de 2025

ROSEANNA NASCIMENTO ALVES DA SILVA

Pregoeira da 1ª Comissão Genérica - SUPEL-COGEN1

Portaria nº 230 de 17 de setembro de 2025



Documento assinado eletronicamente por **Roseanna Nascimento Alves da Silva, Pregoeiro(a)**, em 27/04/2026, às 13:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



Documento assinado eletronicamente por **Ezequiel Sales de Lima, Membro**, em 27/04/2026, às 13:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **68400436** e o código CRC **D7D32D48**.

Referência: Caso responda este Instrumento Convocatório, indicar expressamente o Processo nº 0026.000329/2024-

68

SEI nº 68400436

**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA**

Secretaria de Estado da Mulher, da Família, da Assistência e do Desenvolvimento Social - SEAS
Gerência de Compras - SEAS-GC

TERMO DE REFERÊNCIA**1. IDENTIFICAÇÃO:**

- 1.1. **Unidade administrativa:** Secretaria de Estado da Mulher, da Família, da Assistência e do Desenvolvimento Social - SEAS.
- 1.2. **Unidade solicitante:** Gerência de Proteção Global - SEAS-GPG

2. DA INTRODUÇÃO E BASE LEGAL:

- 2.1. Este termo de referência conecta-se em obediência ao que dispõe a [Lei Federal de Licitações e Contratos 14.133 de 01 de Abril de 2021](#) e o [Decreto Estadual 28.874/2024](#).
- 2.2. Atenta-se aos princípios previstos no art. 5º, in verbis:
[...]
Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).
[...]
- 2.3. Este instrumento é regido pelo disposto no Art. 6º, XXIII, da Lei nº 14.133/2021 e Art. 42, do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

3. DO OBJETO:

- 3.1. Contratação de serviço de empresa especializada na prestação de serviços de INTERMEDIACÃO DE LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) por meio de plataforma digital via website e dispositivos móveis (smartphone, tablet e outros) para os 52 municípios do estado de Rondônia.

4. DAS QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES:

LOTE ÚNICO					
ITENS	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	QUANT. DE HORAS MENSAIS ESTIMADAS	QUANT. DE HORAS ANUAIS ESTIMADAS
1	Prestação de serviços de INTERMEDIACÃO DE LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) para os 52 municípios do estado de Rondônia, por meio de plataforma digital via website. Deve consistir em uma tradução simultânea, por videochamada, para estabelecer uma comunicação entre a pessoa com deficiência auditiva e a instituição que está prestando atendimento, com a mediação remota de intérpretes fluentes em língua brasileira de sinais. Carga horária mensal estimada: 75 horas.	Serviço	01	75	900
2	Prestação de serviços de INTERMEDIACÃO DE LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) para os 52 municípios do estado de Rondônia, por meio de aplicativo para dispositivos móveis (smartphone, tablet e outros) com internet patrocinada, ou seja, serviço de navegação gratuita para os usuários. Deve consistir em uma tradução simultânea, por videochamada, para estabelecer uma comunicação entre a pessoa com deficiência auditiva e a instituição que está prestando atendimento, com a mediação remota de intérpretes fluentes em língua brasileira de sinais. Carga horária mensal estimada: 75 horas.	Serviço	01	75	900
QUANTIDADE TOTAL DE HORAS ESTIMADAS				150 horas	1.800 horas

4.1. Destaca-se que o quantitativo estimado para a contratação são resultantes do levantamento de necessidade de serviços, material e equipamentos.

5. **DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:**

5.1. A aplicação desse critério se alinha às finalidades institucionais da Secretaria de Estado da Mulher, da Família, da Assistência e do Desenvolvimento Social - SEAS, pois favorece grupos vulneráveis, conforme dispõe no Art. 2º:

Art. 2º A Secretaria de Estado da Assistência e do Desenvolvimento Social - SEAS, Órgão integrante da Administração Direta do Poder Executivo, tem como escopo:

I - reduzir as desigualdades sociais por meio de políticas públicas, que promovam o acesso a melhores condições de desenvolvimento humano, social e familiar;

II - promover acesso aos serviços públicos assistenciais e de desenvolvimento social aos que necessitem;

III - garantir a efetividade dos direitos das pessoas em situação de vulnerabilidade social;

IV - fortalecer os vínculos familiares, como meio de promoção de uma sociedade justa, fraterna e igualitária; e

V - proporcionar meios de inclusão social e econômico para a superação da pobreza.

5.2. Para atendimento desta demanda, justifica-se como necessária a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de INTERMEDIACÃO DE LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) por meio de plataforma digital via *website* ou dispositivos móveis (*smartphone, tablet* e outros) com internet patrocinada, ou seja, serviço de navegação gratuita

para os usuários, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, consoante as justificativas a seguir.

5.3. Da justificativa técnica:

5.3.1. O pregão eletrônico, sob a Lei nº 14.133/2021, é a modalidade de licitação preferencial para a aquisição de bens e serviços comuns na administração pública. Esse modelo busca aprimorar a eficiência, transparência e competitividade das contratações, sendo obrigatório para órgãos da administração pública federal e recomendado para estados e municípios. A realização eletrônica do pregão permite que fornecedores participem remotamente, o que amplia a competitividade e facilita o acesso de micro e pequenas empresas ao processo licitatório, promovendo inclusão e maior concorrência.

5.3.2. A nova lei estabelece critérios de julgamento objetivos, geralmente focados no menor preço, assegurando que a administração pública obtenha o melhor custo-benefício em suas aquisições. Com isso, o pregão eletrônico torna o processo de avaliação mais rápido e eficaz, padronizando e simplificando as contratações. As propostas são analisadas de forma eletrônica e ordenadas automaticamente pelo sistema, o que reduz a possibilidade de erros ou interferências indevidas, garantindo imparcialidade.

5.3.3. Além disso, o pregão eletrônico inclui uma fase de lances sucessivos, permitindo que os fornecedores ajustem suas propostas para conseguir a melhor posição. Após os lances, há uma etapa de negociação, onde o pregoeiro busca condições ainda mais vantajosas, sempre respeitando o interesse público. A Lei nº 14.133 reforça, assim, o compromisso da administração pública com processos licitatórios mais transparentes e competitivos, modernizando as contratações governamentais no Brasil.

5.3.4. No caso do presente, não restam dúvidas acerca da viabilidade da modalidade pregão eletrônico, tendo em vista que permite que a Administração Pública contrate de forma mais célere e menos burocrática, mantendo a legalidade do procedimento e obedecendo ao critério do menor preço, garantindo a escolha da melhor proposta.

5.4. Da necessidade de manutenção continuada do serviço:

5.4.1. Por meio da [Lei nº 5.579, de 25 de julho de 2023](#), o Estado de Rondônia reconheceu a Língua Brasileira dos Sinais - LIBRAS, prevendo que o poder público incentivará a existência de tradutor e intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS nos órgãos da administração pública, nas empresas concessionárias e permissionárias de serviços públicos, bem como nos estabelecimentos de ensino, bancários, hospitalares, shoppings centers e outros de grande circulação de público e relevância, visando o atendimento às pessoas surda.

5.4.2. De acordo com a Lei Federal nº 10.436, de 24 de abril de 2002, deve ser garantido, por parte do poder público em geral e empresas concessionárias de serviços públicos, formas institucionalizadas de apoiar o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais - Libras como meio de comunicação objetiva e de utilização corrente das comunidades surdas do Brasil.

5.4.3. No mesmo sentido de acordo os objetivos e os eixos do Plano Nacional de Tecnologia Assistiva, são diretrizes a eliminação, redução ou superação de barreiras à inclusão social por meio do acesso e do uso da tecnologia assistiva;

5.4.4. A Central de Intermediação de Libras é uma tecnologia assistiva que possibilita a comunicação entre pessoas surdas usuárias de Libras e ouvintes.

6. DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

6.1. DA ABORDAGEM INICIAL:

Inicialmente, convém assinalar que o Estudo Técnico Preliminar surgiu a partir das necessidades da Gerência de Proteção Global - GPG, a qual é subordinada à Coordenadoria Estadual de Direitos Humanos CODH da Secretaria de Estado da Assistência e do Desenvolvimento Social - SEAS.

As atribuições da unidade acima citada estão dispostas no [Decreto nº 26.429, de 17 de setembro de 2021](#), Regimento Interno da SEAS. Vejamos:

Art. 29. À Gerência de Proteção Global, responsável pelas políticas públicas de pessoas com deficiência, idosos, populações tradicionais, migrantes, igualdade racial, população em situação de rua e diversidade sexual, subordinada à Coordenadoria Estadual de Direitos Humanos, cabe: (Redação dada pelo Decreto nº 27.195, de 25/5/2022):

(...)

I - desenvolver, implementar, acompanhar e monitorar políticas públicas, transversais ou não transversais, por meio de apoio e/ou execução de programas, projetos e ações, em conjunto com órgãos e entidades governamentais e não governamentais, voltadas às políticas públicas para pessoas com deficiência, pessoa idosa, povos e comunidades tradicionais, migrantes, refugiados e apátridas, promoção da igualdade racial, população em situação de rua e diversidade sexual; (Redação dada pelo Decreto nº 27.195, de 25/5/2022)

De acordo com o art. 8º da [Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015](#) - que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência:

É dever do Estado, da sociedade e da família assegurar à pessoa com deficiência, com prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à sexualidade, à paternidade e à maternidade, à alimentação, à habitação, à educação, à profissionalização, ao trabalho, à previdência social, à habilitação e à reabilitação, ao transporte, à acessibilidade, à cultura, ao desporto, ao turismo, ao lazer, à informação, à comunicação, aos avanços científicos e tecnológicos, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária, entre outros decorrentes da Constituição Federal, da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo e das leis e de outras normas que garantam seu bem-estar pessoal, social e econômico.

Assim, observa-se que é dever do Estado garantir à pessoa com deficiência a possibilidade e a condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, informação e comunicação - inclusive de sistemas e tecnologias - e de outros serviços públicos.

6.2. DOS DISPOSITIVOS E MARCOS LEGAIS SOBRE A COMUNIDADE SURDA:

Segundo o art. 2º do [Decreto nº 5626, de 22 de dezembro de 2005](#) - que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais, considera-se pessoa surda aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais - Libras. Já a expressão “deficiente auditivo”, de acordo com o parágrafo único do mesmo artigo, é atribuída a pessoa que obteve perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz.

O reconhecimento da Libras como linguagem oficial dos surdos lhes constitui um marco histórico e está amparada na [Lei 10.436, de 24 de abril de 2002](#), que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRA. Em seu artigo 1º, parágrafo único, a lei traz o seguinte conceito de Libras:

Art. 1º É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados.

Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil. (grifo nosso)

Ademais, alguns outros dispositivos legais tornaram-se marcos referenciais à comunidade surda, dentre os quais destacam-se:

- I - *Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, assinado na cidade de Nova Iorque, em 30 de março de 2007, tratado que teve sua validação no Brasil mediante Decreto Legislativo nº 186, de 2008;*
- II - *Decreto Legislativo nº 186 de 2008, aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência;*
- III - *O Decreto-Lei nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, dispoendo sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, compreende um conjunto de orientações normativas que objetivam assegurar o pleno exercício dos direitos individuais e sociais das pessoas portadoras de deficiência;*
- IV - *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 Art. 5º, caput: Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade;*
- V - *A Lei nº 5.579, de 25 de julho de 2023, que reconhece oficialmente a Língua Brasileira dos Sinais- Libras no Estado de Rondônia;*
- VI - *Lei nº 12.319, 01 de setembro de 2010, regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS;*
- VII - *Lei 8.112/90 acesso a concursos públicos e a Lei 8.213/91 acesso a empresas privadas de médio e grande porte;*

- VIII - *Decreto (Lei) 5.626, de 22 de dezembro de 2005 – Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS;*
- IX - *Lei Federal nº 13.146/2015 Lei 13.146/2015, de 06 de julho de 2015 – Dispõe sobre a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência);*
- X - *Lei 7.853/89, complementada por leis federais, dentre elas a 8.213 e a 10.088 e por legislações estaduais e municipais;*
- XI - *Lei nº 2.629, de 05 de agosto de 2019, que regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS e Dispõe sobre o exercício profissional e condições de trabalho do profissional tradutor, guia-intérprete e intérprete de LIBRA;*
- XII - *Lei nº 2.619, de 12 de julho de 2019, institui o Dia dos Surdos no município de Porto Velho;*
- XIII - *Lei nº. 4.423, de 6 de dezembro de 2018, institui o Dia dos Surdos no Estado de Rondônia.*

De acordo com os marcos legais vigentes supramencionados relacionados ao tema acessibilidade e inclusão, verifica-se que os instrumentos possuem objetivo de garantir os direitos humanos e a dignidade humana a todos. Com isso, o Estado brasileiro assumiu, ao longo dos anos de 2000, tais fundamentos na elaboração de seus planos de acessibilidade, tendo como objetivo a construção de uma sociedade abrangida pela acessibilidade e garantia dos direitos humanos.

6.3. DO CENÁRIO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA:

Em 2019, segundo a Pesquisa Nacional de Saúde (PNS), o país possuía 2,3 milhões de pessoas (1,1%) com 2 anos ou mais de idade com deficiência auditiva, isto é, com muita dificuldade ou que não conseguiam de modo algum ouvir. Com base na mesma pesquisa, cerca de 31 mil crianças de 2 a 9 anos de idade possuíam deficiência auditiva.

Em análise aos dados obtidos por meio dos resultados da PNS (2019), tem-se ainda que, à medida que as idades avançam, a quantidade de pessoas com limitações auditivas aumenta, portanto, em dados nacionais, pelo menos 1,5 milhão de pessoas com 60 anos ou mais de idade (4,3%) possuíam, no ano de realização da pesquisa, deficiência auditiva.

Além dos dados etários relacionados, destaca-se ainda que cerca de 2,9% das pessoas com 18 anos ou mais de idade sem instrução ou com nível fundamental incompleto são pessoas com deficiência auditiva. Prosseguindo com as informações da pesquisa citada, no norte do país, cerca de 180.920 pessoas declararam possuir deficiência auditiva, representando cerca de 6,6% do total populacional, no Brasil, o número chega a 2.330.442 pessoas.

No ano de 2022, dados apresentados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNAD) apontam que a região Norte do país possui cerca de 8,4% de sua população com 2 anos ou mais de idade com deficiência e destes 8,4%, o Estado de Rondônia representa cerca de 8,6%.

No Brasil, a porcentagem representa 8,9% da população e neste cenário, 1,2% da população representa pessoas que possuem dificuldade para ouvir, mesmo usando aparelhos auditivos.

No que se refere ao nível de ocupação das pessoas, na filtragem por grandes regiões, segundo os tipos de dificuldade funcionais, as pessoas com dificuldade para ouvir na região norte, mesmo usando aparelhos auditivos, representam cerca de 28,5%.

6.4. DO CENÁRIO RONDONIENSE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA:

Em estimativa, o Estado de Rondônia, conforme informações constantes na pesquisa do Censo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas) 2022, possui uma população de 1.581.196 (um milhão quinhentos e oitenta e um mil cento e noventa e seis).

Em razão da divulgação parcial dos resultados do IBGE 2022, com base no censo de 2010, estima-se que o Estado de Rondônia possui 66.353 (sessenta e seis mil, trezentos e cinquenta e três) pessoas com deficiência auditiva; o que representa 4,24 % da população rondoniense e, deste total, cerca de 13.517 (treze mil quinhentos e dezessete) **são com maior grau de dificuldade para ouvir (severo) e 1.756 (mil setecentos e cinquenta e seis) são pessoas que não conseguem ouvir de modo algum.**

Embora o tempo transcorrido desde a última realização do censo do IBGE liberado para consulta, destaca-se que este é o principal provedor de informações geográficas e estatísticas do Brasil, portanto, segura fonte de dados utilizada para análise populacional, considerando as especificidades por região e suas estimativas.

6.5. **DA CLASSIFICAÇÃO DO GRAU DE PERDA AUDITIVA:**

Inicialmente, cumpre mencionar que existem diferenças na perspectiva histórica e cultural das expressões surdo e deficiente auditivo, no entanto, ambas significam tipo de perda auditiva em grau, seja ela leve, moderado, severo ou profundo, em um ou ambos os ouvidos.

Os tipos de deficiência auditiva podem ser definidos como “perda completa ou parcial da capacidade de ouvir de uma ou ambas as orelhas”, de acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS). Isso significa que o deficiente auditivo não consegue ouvir sons de 25 dB a 90 dB tão bem quanto uma pessoa com audição normal.

A perda auditiva é mensurável, e para tanto é utilizado um audiômetro, que é um instrumento eletrônico que mede os níveis de audição em um espectro de frequências. A unidade de medida sonora é o decibel (dB) e a classificação do grau de perda é feita com base nesta medida (Costa, 1994).

Vejamos tabela demonstrando a classificação do grau de perda auditiva:

CLASSIFICAÇÃO DO GRAU DE PERDA DECIBEL	DECIBEL
Limiares normais	De 0 a 20 dB
Perda Leve	De 20 a 40 dB
Perda Moderada	De 40 a 55 dB
Perda Moderadamente Severa	De 55 a 70 dB
Perda Severa	De 70 a 90 dB
Perda Profunda	Acima de 90 dB

Ante à necessidade de comunicação, a comunidade surda conquistou avanços importantíssimos na luta pela efetivação do direito à igualdade e à acessibilidade.

Entretanto, mesmo diante a essas conquistas, esta comunidade encontra, ainda hoje, muitas barreiras para sua efetiva inserção na sociedade. Seja na falta de acessibilidade - ainda muito comum - ou no preconceito social, a comunidade surda constitui uma minoria que possui dificuldade na integração social tendo em vista a maneira de se comunicar (LIBRAS).

6.6. **DA CONTEXTUALIZAÇÃO SOBRE O PROJETO PILOTO DA CENTRAL DE LIBRAS:**

No decorrer dos tempos, várias metodologias foram introduzidas no ensino dos alunos surdos no Brasil, entre as quais está o oralismo, a comunicação total, o bilinguismo e a pedagogia surda que são as abordagens de ensino que mais influenciaram e ainda influenciam a concepção sobre o sujeito surdo, a língua de sinais e a cultura surda.

Contudo, na abordagem oralista o foco era fazer com que os estudantes ao se comunicarem utilizassem a oralidade e se tornassem parecidos com os ouvintes, o que não contemplava com êxito a mensagem emitida e o receptor da informação.

Isso posto, a partir de estudos e de análises quanto a pedagogia para o deficiente auditivo, a língua de instrução para as pessoas surdas legitimou-se na língua de sinais, sendo que língua oral do país é ensinada na modalidade escrita; tornando a participação do intérprete fundamental para a garantia da comunicabilidade e acessibilidade do público em questão.

Vale salientar que, no senso comum, o termo “acessibilidade” parece evidenciar os aspectos referentes ao uso dos espaços físicos; entretanto, numa acepção mais ampla, a “acessibilidade” traduz-se na condição de possibilidade para a transposição dos entraves que representam as barreiras para a efetiva participação de pessoas nos vários âmbitos da vida social.

Destaca-se ainda que a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, reconhece a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como a língua materna da comunidade surda no Brasil e, com isso, seu uso pela comunidade surda ganha respaldo do poder e dos serviços públicos, atestando a língua de sinais como língua de comunicação e expressão da comunidade surda.

Buscando garantir a acessibilidade e tornar a comunicação mais inclusiva no nosso Estado, em março de 2023, o Governo do Estado de Rondônia implantou o projeto piloto da Central de Libras em diversos pontos da capital Porto Velho.

O serviço consiste na mediação da comunicação entre pessoas com deficiência auditiva junto aos órgãos públicos estaduais de forma qualificada, garantindo sua autonomia, independência e visibilidade, bem como integrando a comunidade surda à sociedade, além de promover acessibilidade a diversos serviços que qualquer cidadão sem deficiência possui acesso comumente.

A Central de Libras dispõe de duas modalidades de atendimento: a **modalidade presencial**, desenvolvida quando o servidor público, ao receber uma pessoa com deficiência auditiva, acessa o website, entra em contato com a Central de Libras por meio de videochamada e conta com a mediação de intérpretes qualificados e fluentes em Libras – Língua Brasileira de Sinais; e a **modalidade virtual**, por meio de aplicativo.

O referido projeto foi baseado em estudo preliminar feito pela Coordenadoria de Direitos Humanos, o qual buscou-se encontrar técnicas e ações com objetivo de projetar a realidade exitosa dentro de outros entes à fomentação de projetos em atenção à pessoa com deficiência auditiva no âmbito público. O estudo mencionado levou em consideração, ainda, a prospecção de ideias, de projetos e de programas que alcançaram resultados efetivos que se tornaram modelos a serem seguidos.

Inicialmente, foram implantados 22 (vinte e dois) pontos de atendimento da Central de Libras, sendo que, atualmente, 29 (vinte e nove) pontos encontram-se ativos e aptos para atendimento e operacionalização dos serviços em Porto Velho. Agregados a esses pontos, tem-se 03 (três) pontos móveis direcionados aos atendimentos de emergência (Bombeiros, SAMU e Polícia Militar), com o registro, até o momento, de mais de 800 acessos, possuindo a média de 75 (setenta e cinco) chamadas mensais de pessoas com deficiência auditiva e surdos.

Observa-se que a disponibilidade de utilização do serviço por usuários com deficiência auditiva possibilita o acesso a um intérprete humano da Central de Libras por meio de vídeo chamada, podendo, inclusive, transmitir dados confidenciais, uma vez que não há divulgação ou compartilhamento dos mesmos, conforme os parâmetros estabelecidos na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD.

Buscando-se a efetivação do direito à igualdade e a acessibilidade no que diz respeito ao atendimento à pessoa com deficiência, mais especificamente quanto ao acesso da comunidade surda aos serviços oferecidos por órgãos estaduais, esta gerência imbuída em desenvolver, implementar, acompanhar e monitorar políticas públicas, transversais ou não transversais, por meio de apoio e/ou execução de programas, projetos e ações, em conjunto com órgãos e entidades governamentais e não governamentais voltadas às pessoas com deficiência apresenta, a seguir, a justificativa para a ampliação dos serviços da Central de Libras aos 52 (cinquenta e dois) municípios do Estado de Rondônia.

Por fim, importante pontuar que, atualmente, há uma contratação vigente para serviços de intermediação em LIBRAS, regida pela Lei nº 8.666/93, mas que abrange somente a capital do Estado ([0051697999](#) - processo administrativo nº [0026.394713/2020-97](#)). Dessa forma, seguindo uma recomendação da Gerência de Contratos desta Secretaria ([0054477304](#)), pretende-se realizar uma nova contratação única que contemple todo o território estadual. Essa unificação do serviço é essencial para ensejar uma melhor fiscalização administrativa e para aprimorar o controle administrativo, tanto externo quanto interno. Esse novo contrato será celebrado de acordo com a nova lei de licitações, ampliando o alcance e garantindo a prestação desses serviços em todas as regiões do estado.

6.7. DO DIMENSIONAMENTO DO PROGRAMA:

Como delineado no tópico anterior, intenta-se a implementação da Central de Libras nos 52 (cinquenta e dois) municípios do Estado de Rondônia, englobando as 10 (dez) regiões do estado, conforme proposto na divisão estabelecida no Projeto do Plano Plurianual (PPA) 2024-2027.

A decisão é respaldada pela identificação de demanda, com base nos dados populacionais obtidos a partir do levantamento realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE em critérios que consideraram a presença de graus de dificuldade nas habilidades investigadas referentes à audição, com vistas a garantir a acessibilidade e a inclusão em órgãos de atendimento ao público.

Vejamos a Tabela Informativa do IBGE contendo dados das pessoas que contém algum tipo de deficiência auditiva nos 52 (cinquenta e dois) municípios de Rondônia:

	Município	Total de habitantes	Tipo de deficiência	Tipo de deficiência	Tipo de deficiência	Total de deficientes com mais dificuldade Habitantes*(A+B)/100	Total de Deficiente Habitantes* (A+B+C)/100
			Não conseguem de modo algum(A)	Grande deficiência(B)	Alguma dificuldade(C)		
1	Alta Floresta D'Oeste	22.945	0,09	0,83	4,03	211	1.136
2	Alto Alegre dos Parecis	13.241	0,14	0,61	3,16	99	518
3	Alto Paraíso	21.428	0,12	1,06	3,55	253	1.014
4	Alvorada D'Oeste	15.711	0,13	0,58	3,63	112	682
5	Ariquemes	107.863	0,09	0,74	3,26	895	4.412
6	Buritis	39.654	0,04	0,59	3,02	250	1.447
7	Cabixi	5.312	0,13	0,41	3,88	29	235
8	Cacaulândia	6.230	0,06	0,58	3,94	40	285
9	Cacoal	85.359	0,14	1,01	3,96	982	4.362
10	Campo Novo de Rondônia	14.139	0,05	0,44	3,07	69	503
11	Candeias do Jamari	26.693	0,12	0,55	3,18	179	1.028
12	Castanheiras	3.052	0,43	0,42	4,78	26	172
13	Cerejeiras	18.823	0,15	0,78	4,15	175	956
14	Chupinguaia	11.182	0,04	0,62	3,06	74	416
15	Colorado do Oeste	17.002	0,03	1,21	3,4	211	789
16	Corumbiara	7.391	0,08	0,35	3,08	32	259
17	Costa Marques	18.331	0,07	0,95	4,34	187	983
18	Cujubim	25.215	0,06	0,66	3,43	182	1.046
19	Espigão D'Oeste	33.004	0,03	0,75	3,67	257	1.469
20	Governador Jorge Teixeira	7.767	0,13	0,65	3,33	61	319
21	Guajará-Mirim	46.174	0,12	0,61	3,06	337	1.750
22	Itapuã do Oeste	10.458	0,11	1,07	5,05	123	652
23	Jaru	51.775	0,17	0,64	3,08	419	2.014
24	Ji-Paraná	130.969	0,19	0,96	3,22	1.506	5.723

	Município	Total de habitantes	Tipo de deficiência	Tipo de deficiência	Tipo de deficiência	Total de deficientes com mais dificuldade Habitantes*(A+B)/100	Total de Deficiente Habitantes* (A+B+C)/100
25	Machadinho D'Oeste	39.991	0,13	0,87	4,22	400	2.088
26	Ministro Andreazza	9.660	0,04	0,74	3,01	75	366
27	Mirante da Serra	10.947	0,09	0,77	4,47	94	583
28	Monte Negro	15.852	0,17	0,44	3,57	97	663
29	Nova Brasilândia D'Oeste	20.474	0,16	0,66	2,88	168	758
30	Nova Mamoré	30.583	0,14	0,59	3,21	223	1.205
31	Nova União	6.970	0,15	0,8	2,64	66	250
32	Novo Horizonte do Oeste	8.538	0,38	0,69	3,13	91	359
33	Ouro Preto do Oeste	36.035	0,17	0,9	4,22	386	1.906
34	Parecis	6.074	0,08	0,35	2	26	148
35	Pimenta Bueno	36.660	0,16	0,9	3,5	389	1.672
36	Pimenteiras do Oeste	2.169	0,12	0,42	3,84	12	95
37	Porto Velho	529.544	0,09	0,68	3,14	4.077	20.705
38	Presidente Médici	23.201	0,18	0,97	3,94	267	1.181
39	Primavera de Rondônia	2.856	0,5	0,97	4,83	42	180
40	Rio Crespo	3.764	0,17	0,62	2,68	30	131
41	Rolim de Moura	55.058	0,11	0,74	3,42	468	2.351
42	Santa Luzia D'Oeste	7.005	0,04	0,55	3,19	41	265
43	São Felipe D'Oeste	5.172	0,04	1,66	3,86	88	288
44	São Francisco do Guaporé	20.266	0,08	0,94	2,63	207	740
45	São Miguel do Guaporé	23.005	0,03	0,07	3,55	23	840
46	Seringueiras	11.856	0,05	0,96	3,14	120	492
47	Teixeirópolis	4.308	0,08	1,14	3,44	53	201
48	Theobroma	10.444	0,13	0,81	4,24	98	541

	Município	Total de habitantes	Tipo de deficiência	Tipo de deficiência	Tipo de deficiência	Total de deficientes com mais dificuldade Habitantes*(A+B)/100	Total de Deficiente Habitantes* (A+B+C)/100
49	Urupá	11.467	0,08	1,03	3,64	127	545
50	Vale do Anari	11.204	0,25	0,79	3,59	117	519
51	Vale do Paraíso	6.825	0	0,55	1,88	38	166
52	Vilhena	99.854	0,08	0,63	3,42	709	4.124
	Total	1.789.500				15.239	75.527

FONTE – IBGE - CENSO DEMOGRÁFICO 2010

Deste modo, utilizar-se-á como parâmetro o projeto piloto instalado em Porto Velho, que conta atualmente com a **disponibilização total de 40 (quarenta) horas mensais para cerca de 20 mil pessoas surdas**. Neste contexto, elucida-se a necessidade de acréscimo ao contingente utilizado no piloto, de **80 (oitenta) horas mensais, a serem disponibilizadas para o interior do estado**, para atender a população surda nos 52 (cinquenta e dois) municípios do Estado. Logo, totalizando, com isso, o quantitativo de 120 (cento e vinte) horas mensais para todo o estado de Rondônia.

É importante frisar que não há como estimar um número exato de pessoas que irão utilizar o serviço, uma vez que o quantitativo de minutos utilizados e a forma (smartphone, tablet e outros) de utilização do programa dependem da situação particular de cada usuário.

No que tange a publicidade dos serviços, quando o serviço estiver disponível, será realizada campanha de divulgação para tornar pública a expansão da Central de Libras para todo o estado de Rondônia, contendo os endereços e os horários dos respectivos pontos de atendimento.

A Central de Libras tem como meta realizar 7.200 (sete mil e duzentos) minutos de tradução simultânea em atendimentos por mês, totalizando 120 (cento e vinte) horas, em pontos de atendimento (físicos e virtuais), distribuídos nos 52 (cinquenta e dois) municípios do Estado. Ao final do ano, estima-se um número de atendimento de 86.400 (oitenta e seis mil e quatrocentos) minutos de tradução simultânea em atendimentos, totalizando 1440 (mil quatrocentas e quarenta) horas.

Toda a equipe envolvida no atendimento da pessoa com deficiência auditiva será treinada pela empresa contratada, para que possa realizar um atendimento qualificado ao usuário com deficiência auditiva.

E ao pactuar a meta de atendimento para 7.200 (sete mil e duzentos) minutos de tradução simultânea por mês, torna evidente o esforço significativo para atingir uma parcela substancial do público alvo do projeto; outrossim, também se levou em consideração a capacidade operacional e a logística para implementar, de modo eficaz, o serviço, afinal, garantir a qualidade da execução da Central de Libras de Rondônia é fundamental.

Por derradeiro, a instalação dos pontos de atendimento da Central de Libras em todos os municípios do Estado de Rondônia, irá proporcionar, para o período de 2024-2027, o estabelecimento de indicadores, os quantitativos de desempenho mensuráveis relacionado ao serviço público e, também, o acompanhamento do progresso do projeto de forma consistente.

Diante do exposto, é indubitável que a pessoa surda possui maior dificuldade em adaptar-se à sociedade devido a barreira linguística. Portanto, faz-se necessário criar mecanismos para inclusão da pessoa surda e da pessoa com deficiência auditiva às políticas públicas. Para enfrentar o problema, a SEAS formulou o projeto intitulado "Central de Libras de Rondônia" que garante a acessibilidade e viabiliza o acesso aos serviços públicos com a comunicação adequada. O equipamento facilita o auxílio e o atendimento a esses indivíduos, mudando a realidade da exclusão.

6.8. DA ANÁLISE DE INFRAESTRUTURA:

Em conformidade com o Plano de Operação para expansão da Central de Libras, por meio das Gerências Regionais, houve coleta de dados nas regiões abrangidas pelo programa a fim de identificar a demanda específica referente a infraestruturas no âmbito dos órgãos previamente selecionados para recepção e difusão do serviço.

Assim, de modo a subsidiar a expansão do projeto supracitado, a equipe da Gerência de Proteção Global, vinculada à Coordenadoria Estadual de Direitos Humanos, realizou estudos técnicos para levantamento de pontos estratégicos de atendimento, reuniões instrutivas junto aos órgãos selecionados e, também, a análise de infraestrutura de todos os pontos visando uma adequada instalação e desenvolvimento dos serviços.

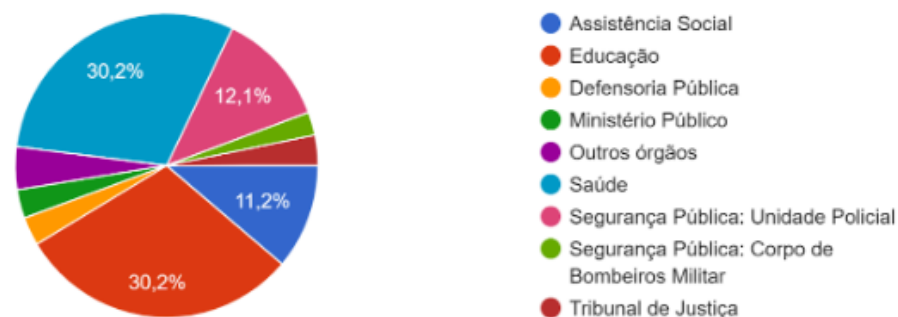
Tendo em vista a necessidade de abranger o serviço da Central de Libras para atendimento da população surda ou com deficiência auditiva em todo o estado de Rondônia, foram realizadas análises de infraestrutura e levantamento de órgãos disponíveis em todos os municípios, por meio dos polos regionalizados, responsabilizando-se cada qual pelo levantamento dos municípios de suas circunscrições.

Nesse sentido, foi realizado o levantamento dos órgãos públicos de referências nos municípios e nas suas circunscrições, quais sejam: hospitais públicos, Policlínicas públicas, Unidades de Segurança/Delegacias Especializadas, Tudo Aqui, locais de atuações descentralizadas dos órgãos Estaduais, Defensoria e demais serviços públicos estaduais. A partir das visitas realizadas, obtiveram-se respostas referentes aos órgãos estaduais de atendimento público e abaixo, apresentam-se os seguintes resultados:

A área da educação e da saúde, dentre os locais de visita, representam cada um 30,2% dos locais, seguidas por 12,1% de relevância e pela área da Segurança Pública e 11,2% da área da Assistência Social:

Identifique a área de atuação da unidade visitada

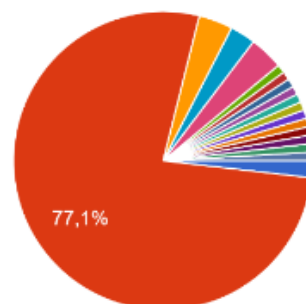
527 respostas



Dos 30,2% de locais relacionados à saúde, destacam-se os serviços estaduais de de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU, Unidades Básicas de Saúde - UBS, Hospital de Urgência e Emergência Regional de Cacoal - HEURO.

Saúde:

109 respostas



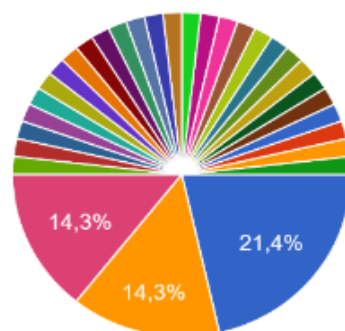
- Hospital Estadual
- Unidade Básica de Saúde (UBS)
- Unidade de Pronto Atendimento (UPA)
- Serviço de Atendimento Móvel de Urgência
- Policlínica Estadual
- HOSPITAL MUNICIPAL
- Hospital Municipal
- Hospital Regional

▲ 1/3 ▼

Referente às unidades de Segurança Pública, dentre as unidades policiais destacam-se a prevalência de Unidades Administrativas, representando 21,4%, seguidas pelas UNISP's e Delegacias Especializadas, ambas com 14,3% de representação média nos municípios:

Segurança Pública: Unidade Policial

56 respostas



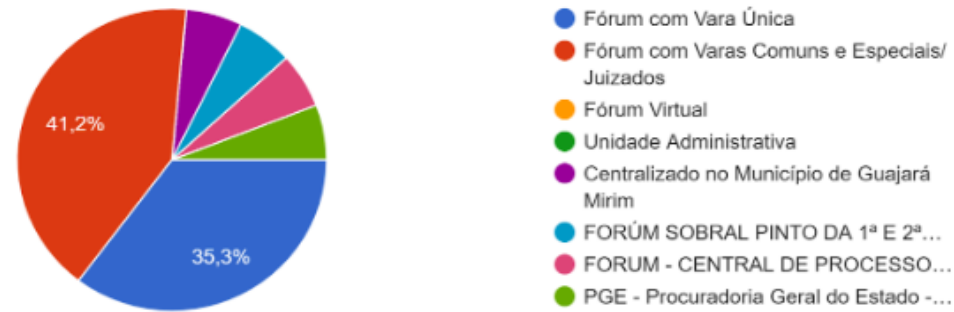
- Batalhão PM
- Distrito Policial
- Delegacia Especializada
- Delegacia Interativa
- Polinter
- Unidade Administrativa
- UNISP
- Posto avançado IICC Tudo Aqui Rolim...

▲ 1/5 ▼

Quanto aos órgãos de Justiça, de garantia de Direitos e Ministério Público, 41,2% das unidades do Tribunal de Justiça representam Fórum com Varas Comuns e Especiais/Juizados e 35,3% representam vara única:

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

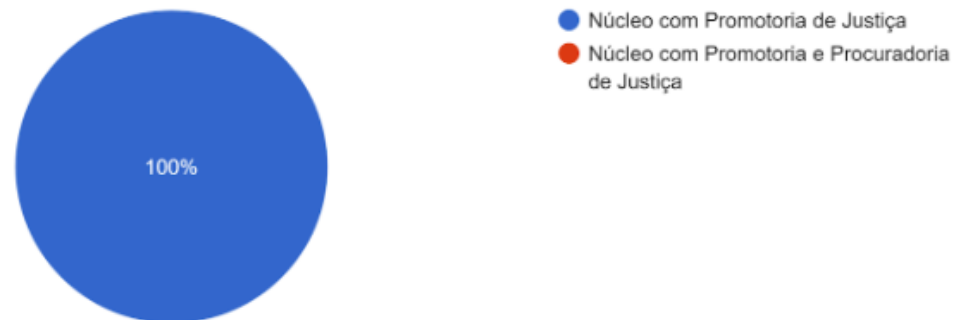
17 respostas



Quanto às unidades relacionadas ao Ministério Público, 100% são núcleos de Promotoria de Justiça:

Ministério Público do Estado de Rondônia

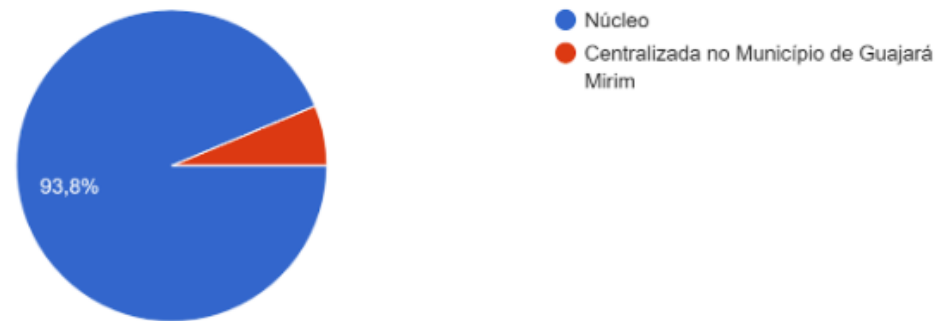
16 respostas



Quanto à Defensoria Pública do Estado, 93,8% são núcleos e 6,3%, 1 (um) local, representa a Centralizada no Município de Guajará Mirim:

Defensoria Pública do Estado de Rondônia

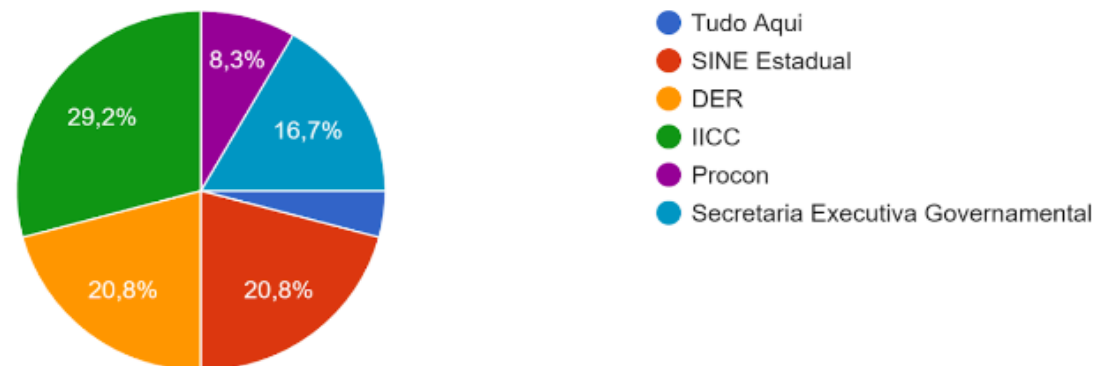
16 respostas



Nos tipos de unidades relacionados a demais órgãos destacaram-se o SINE Estadual, DER, IICC, Tudo Aqui, Procon e Secretaria Executiva Governamental:

Demais Órgãos Estaduais:

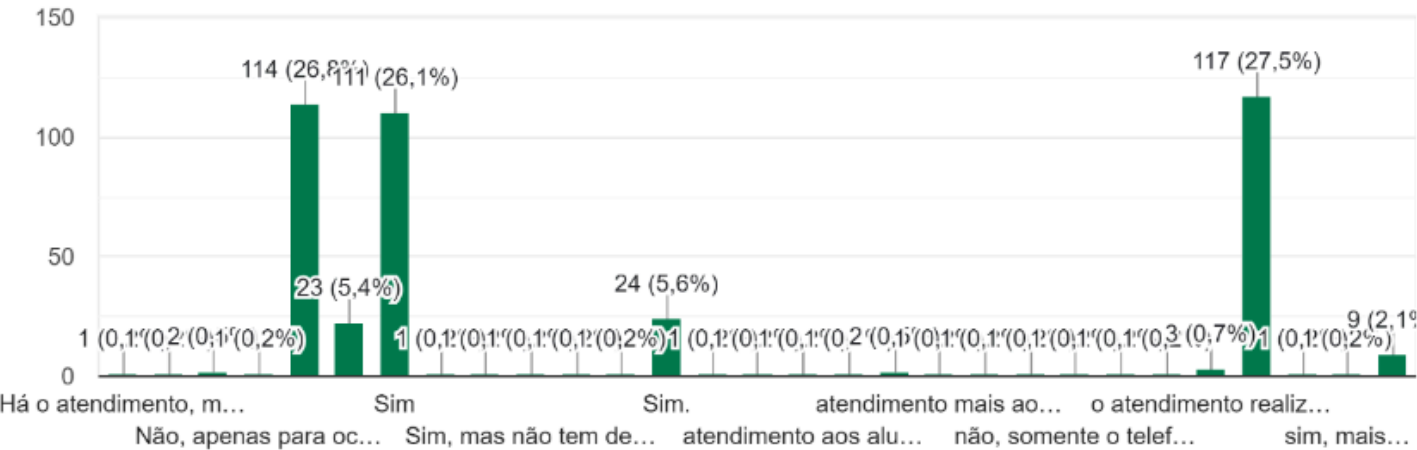
24 respostas



Em análise geral aos órgãos, 412 das unidades visitadas sinalizaram o atendimento ao público de alguma forma, totalizando cerca de 96,9% dos locais:

Na unidade, há atendimento ao público?

425 respostas



A partir do referido diagnóstico, que agrega informações quanto ao panorama de serviços estaduais ofertados no Estado, o plano de operação de expansão da Central de Libras em atenção aos 51 municípios, acompanhará o perfil das unidades que integram o projeto piloto em Porto Velho, tendo acrescidas as horas por modo de utilização, ou seja, presencial ou por aplicativo.

6.9. DA CONCLUSÃO:

De início, é importante frisar que os pontos acima elencados devem ser amplamente considerados, tendo em vista a dimensão e complexidade dos problemas de acessibilidade enfrentados. É necessário que a Central de Libras seja ofertada de forma integral a todo o Estado de Rondônia, fazendo com que o maior número possível de indivíduos possam ter acesso ao serviço.

A partir desta contextualização, a criação da Central de Libras pelo Governo do Estado de Rondônia, no intento de disponibilizar um mecanismo facilitador de comunicação entre a pessoa surda e o ouvinte no momento dos atendimentos de utilidade pública continuada e/ou de emergência em órgãos públicos, revela-se oportuno e garantidor do amplo conceito de “acessibilidade”.

Desde sua implantação, em março de 2023, os números de atendimentos vêm crescendo sucessivamente. O serviço prestado pela Central de Libras de Rondônia aporta à gestão pública um novo patamar de atendimento à pessoa surda, garantindo a acessibilidade, a inclusão, a comunicabilidade e a interação mais proativa com a pessoa ouvinte.

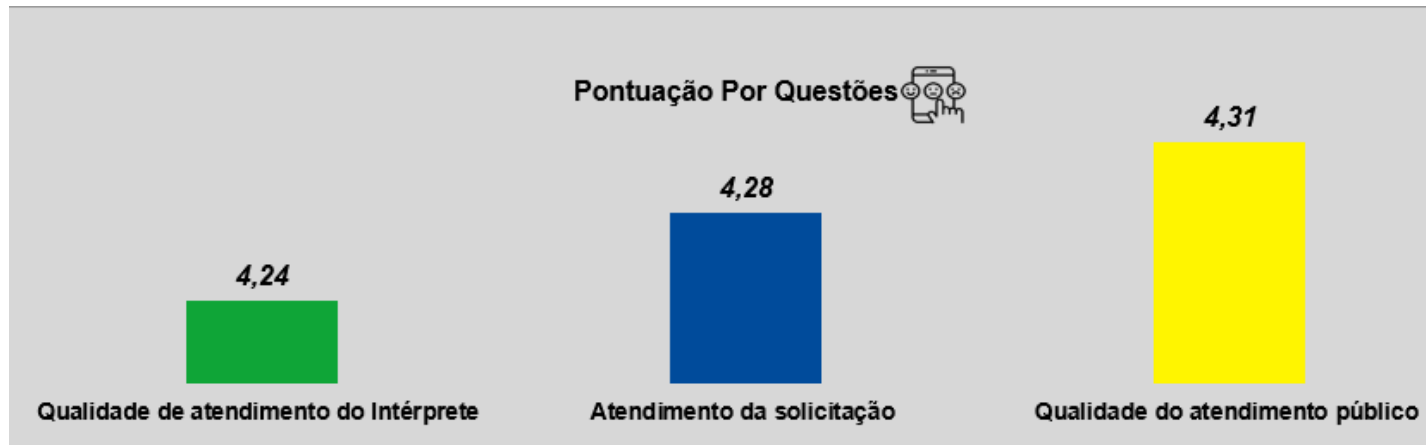
Ademais, como elucidado nos subtópicos anteriores, a implantação da Central de Libras trouxe à comunidade surda da capital melhor qualidade e efetividade nos atendimentos realizados nos órgãos públicos que possuem a instalação da Central. Além disso, trouxe também autonomia do público em questão, que, pela limitada presença de intérpretes no contexto presencial, não eram atendidos e/ou não compreendidos em suas demandas, causando constrangimento e situações por demais vexatórias.

Por meio de sítio eletrônico ou dispositivos móveis (smartphone, tablet e outros), com internet patrocinada (serviço de navegação gratuita para os usuários), a Central de Libras possui a finalidade de prestar atendimento às pessoas surdas e com deficiência auditiva, gerando uma tradução simultânea, por vídeo, e estabelecendo uma comunicação efetiva entre a pessoa surda/deficiente auditiva e a instituição que está prestando atendimento, com a mediação remota de intérpretes fluentes em Libras.

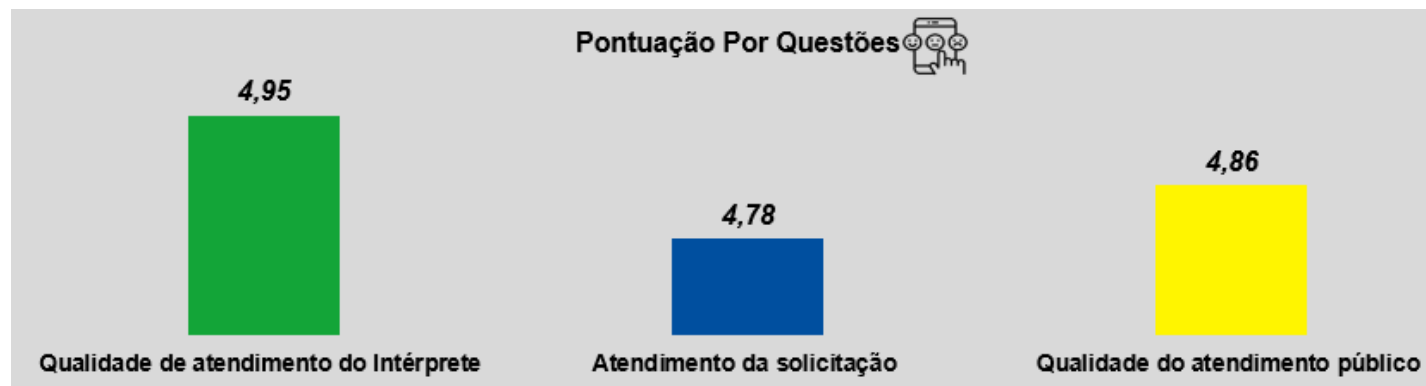
Objetivando uma análise para identificação de todos os pormenores do atendimento prestado, foram aplicadas avaliações referentes à qualidade do serviço. Para tanto, foram dispostos questionamentos referentes ao atendimento da solicitação, a qualidade do atendimento e, ainda, a qualidade de atendimento do intérprete.

Nesse cenário, referente ao ano de 2023, a pontuação média finalizou em 4,28% de satisfação, de um total de 5 pontos percentuais. Já no ano de 2024, o percentual referente até o mês de março totaliza uma avaliação de 4,86%.

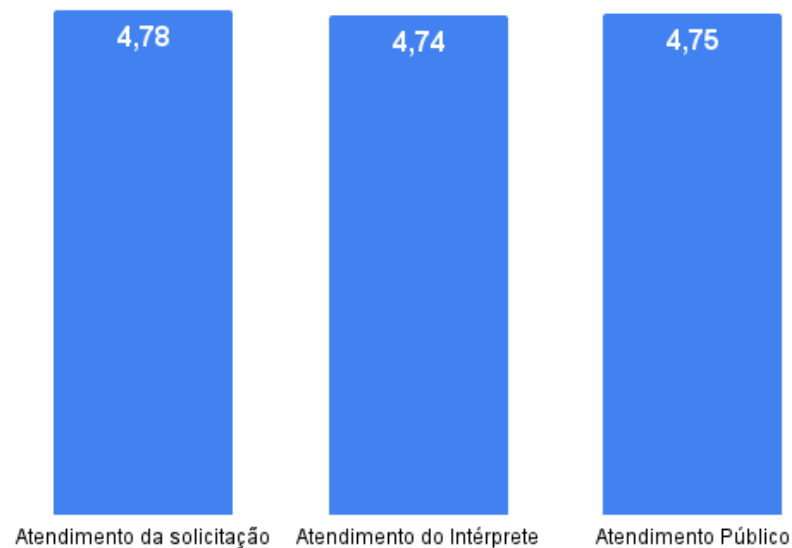
O ano de 2023 finalizou com o seguinte cenário:



Para o ano de 2024, observa-se a seguinte estrutura para o gráfico avaliativo de pontuação por questões:



Para o ano de **2025**, observa-se os seguintes índices:



Dessa forma, diante de todo o exposto e de modo a reforçar o compromisso desta SEAS com a promoção e garantia dos direitos das pessoas com deficiência, justifica-se a necessidade da expansão da Central de Libras para acesso aos municípios do interior do Estado de Rondônia; com a oferta do serviço em instituições públicas estatais para a população necessitada, promovendo, acima de tudo, a inclusão dos cidadãos surdos ou com deficiência auditiva, garantido a esses autonomia, independência e acessibilidade.

7. DA JUSTIFICATIVA:

De início, cumpre mencionar que, de acordo com regimento interno da Secretaria de Estado da Assistência e do Desenvolvimento Social (Decreto nº 26.429/2021), compete à Gerência de Proteção Global:

Art. 29. À Gerência de Proteção Global, responsável pelas políticas públicas de pessoas com deficiência, idosos, populações tradicionais, migrantes, igualdade racial, população em situação de rua e diversidade sexual, subordinada à Coordenadoria Estadual de Direitos Humanos, cabe:

[...]

I - desenvolver, implementar, acompanhar e monitorar políticas públicas, transversais ou não transversais, por meio de apoio e/ou execução de programas, projetos e ações, em conjunto com órgãos e entidades governamentais e não governamentais, voltadas às políticas públicas para pessoas com deficiência, pessoa idosa, povos e comunidades tradicionais, migrantes, refugiados e apátridas, promoção da igualdade racial, população em situação de rua e diversidade sexual; (Redação dada pelo Decreto nº 27.195, de 25/5/2022);

Nesse contexto, aliado ao regimento interno e no que dispõe quanto das competências da SEAS e da Coordenadoria de Direitos Humanos - CODH, motiva-se a criação de mecanismos, ações, programas ou projetos que tenham o fito de desenvolver das políticas públicas de direitos humanos e promover a garantia de acesso do município aos serviços públicos, no caso concreto, das políticas públicas das pessoas com deficiência.

Nesta esteira, mensura-se a existência de cerca de 66.353 (sessenta e seis mil, trezentos e cinquenta e três) pessoas com alguma deficiência auditiva no Estado de Rondônia, sendo que destas 11.761 (onze mil setecentos e sessenta e uma) apresentam maior grau de dificuldade para ouvir (severo) e 1.756 (mil setecentos e cinquenta e seis) são pessoas que não conseguem ouvir de modo algum, de acordo com a estimativa apresentada pelo Instituto Brasileiro de Geografia no ano de 2022.

Decerto, para a obtenção efetiva de resultados palpáveis, é direcionado o enfoque do que se propõe à ações voltadas para a promoção da **independência, autonomia, e acessibilidade às pessoas com deficiência**, uma vez que estas ações apresentam impactos significativos quanto à garantia da participação plena e efetiva das pessoas com deficiência na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

No mesmo íterim, os objetivos supramencionados apresentam alinhamento com a [normativa nacional](#), que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência, bem como determina ao poder público a garantia às pessoas surdas ou com deficiência auditiva do seu efetivo e amplo atendimento, nos termos do art. 26 de sua regulamentação. Vejamos:

Art. 26. O Poder Público, as empresas concessionárias de serviços públicos e os órgãos da administração pública federal, direta e indireta, deverão garantir às pessoas surdas ou com deficiência auditiva o seu efetivo e amplo atendimento, por meio do uso e da difusão da Libras e da tradução e da interpretação de Libras - Língua Portuguesa. [\(Redação dada pelo Decreto nº 9.656, de 2018\)](#)

Assim, demonstra-se a necessidade de fomentar políticas públicas voltadas à esta narrativa e se justifica a demanda expressa por esta Gerência de Proteção Global, vinculada à CODH. Ademais, a expansão da Central de Libras trará à comunidade surda do estado melhor qualidade e efetividade nos atendimentos realizados nos órgãos públicos que possuem a instalação da Central. Além disso, trará também autonomia do público em questão, que, pela limitada presença de intérpretes no contexto presencial, não eram atendidos e/ou não compreendidos em suas demandas, causando constrangimento e situações por demais vexatórias.

A partir desta contextualização, a expansão da Central de Libras, no intento de disponibilizar um mecanismo facilitador de comunicação entre a pessoa surda e o ouvinte no momento dos atendimentos de utilidade pública continuada e/ou de emergência em órgãos públicos, revela-se oportuno e garantidor do amplo conceito de acessibilidade.

8. **DOS RESULTADOS A SEREM ALCANÇADOS:**

A contratação de serviço de empresa especializada na prestação de serviços de intermediação de libras (Língua Brasileira de Sinais), por meio de plataforma digital (via *website*) ou dispositivos móveis visando a expansão da Central de Libras, é fundamental para que o Estado de Rondônia cada vez mais assegure a observância dos princípios constitucionais quanto a proteção integral da pessoa com deficiência dentro do estado.

Com a expansão da Central de Libras, pretende-se alcançar cerca das 11.761 (onze mil, setecentos e sessenta e uma) pessoas com deficiência auditiva (severa ou surdez) sendo este indicador dimensionado em todo o território rondoniense.

Além disso, com a expansão da Central de Libras pretende-se atingir os 51 municípios do Estado (exceto a capital, que já possui o serviço implantado), estendendo a abrangência e acessibilidade a todas as regiões administrativas, sendo as regiões administrativas correspondentes ao zoneado na Lei Complementar nº 414, de 28 de dezembro de 2007.

Outrossim, a instalação dos pontos de atendimento da Central de Libras em todos os municípios do Estado de Rondônia irá proporcionar para o período de 2024-2027, o estabelecimento de indicadores quantitativos de desempenho mensuráveis relacionados ao serviço público e, também, o acompanhamento do progresso do projeto de forma consistente.

Como delineado no tópico anterior, a expansão da Central de Libras trará à comunidade surda do estado melhor qualidade e efetividade nos atendimentos realizados nos órgãos públicos que possuem a instalação da Central. Além disso, trará também autonomia do público em questão, que, pela limitada presença de intérpretes no contexto presencial, não eram atendidos e/ou não compreendidos em suas demandas, causando constrangimento e situações por demais vexatórias.

9. **DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:**

9.1. O objeto a ser licitado, pelas suas características e com base nas informações descritas, possui natureza contínua e pode ser passível de prorrogação, visando à consecução de seus objetivos de forma eficaz e ininterrupta.

9.2. Nesta senda, o serviço deve dispor de padrões mínimos de qualidade e desempenho sendo eles:

9.2.1. Disponibilizar pontos de atendimento físico para atendimento das pessoas com deficiência auditiva, devendo consistir em uma tradução simultânea, por vídeo-chamada, para estabelecer uma comunicação entre o usuário e a instituição que está prestando atendimento, através de mediação remota de intérpretes fluentes em LIBRAS, por meio de plataforma digital via *website* ou aplicativo com internet patrocinada, em que o usuário poderá ser atendido para solicitar serviços, e por meio do servidor público, acessar o intérprete de libras on-line, considerando a proteção e sigilo de seus dados e situações pessoais a serem relatadas na solicitação, conforme os parâmetros estabelecidos na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD ([LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018](#));

9.2.2. Disponibilizar atendimento 24 horas por meio de aplicativo com internet patrocinada, ou seja, serviço de navegação gratuita, através de dispositivos móveis (smartphone, tablet e outros), para os usuários acessarem os serviços de urgência e emergência;

9.2.3. O aplicativo com internet patrocinada, ou seja, serviço de navegação gratuita para os usuários, deverá oferecer aos usuários com deficiência auditiva escolher qual órgão contatar entre os serviços de emergência: Polícia Militar, Bombeiros e Ambulâncias - SAMU. Após a solicitação, encaminhar o usuário ao serviço requerido, registrando qual tipo de serviço foi demandado;

9.2.4. Realizar cadastro do usuário, no ato do atendimento, em pontos de atendimentos físicos, por meio do sistema utilizado na plataforma digital via *website* em que contenha, no mínimo, as seguintes informações:

- a) Nome;
- b) CPF;
- c) Contato telefônico;
- d) E-mail.

9.2.5. Realizar cadastro prévio do usuário, uma única vez, podendo este ser atualizado por meio do sistema utilizado no aplicativo para dispositivos móveis (smartphone, tablet e outros) com internet patrocinada, ou seja, serviço de navegação gratuita para os usuários, em que contenha, no mínimo, as seguintes informações:

- a) Nome;
- b) CPF;
- c) Contato telefônico;
- d) E-mail.

9.2.6. Possibilitar ao usuário realizar a discagem de qualquer lugar com conexão à internet, por meio de aplicativo com internet patrocinada, ou seja, serviço de navegação gratuita para os usuários, para dispositivos móveis (smartphone, tablet e outros), sem limites regionais, destinadas aos pontos de atendimento virtual (Serviços de emergência descritos no tópico 9.2.3), 24 (vinte e quatro) horas por dia, considerando a proteção e sigilo de seus dados e situações pessoais a serem relatados na chamada, sem tempo de espera para iniciar as chamadas por meio de ligações criptografadas em aplicativo (app), conforme os parâmetros estabelecidos na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD ([LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018](#)).

9.2.7. Possibilitar que o usuário responda a uma pesquisa de satisfação do serviço ofertado, ao término do atendimento, na plataforma utilizada (*website* ou aplicativo para dispositivos móveis), classificado em:

- a) Péssimo;
- b) Ruim;
- c) Bom;
- d) Ótimo.

9.2.8. Deverá permitir a personalização dos seguintes serviços:

- a) Reunião ou chamada de conferência para avaliação dos requisitos;

- b) Desenvolvimento de personalizações no aplicativo, prova e verificação de funcionalidades;
- c) Assistência operacional durante o período de vigência do contrato;
- d) Treinamento de pessoal: Oferecer treinamento aos servidores que irão operar a Central de Libras nos órgãos públicos, por meio de videoconferência, os capacitando em como operar o acesso por meio do *website* e aplicativo com internet patrocinada, ou seja, serviço de navegação gratuita para os usuários;
- e) Reuniões ou chamadas de conferência de *briefings* referentes aos atendimentos a serem realizados.

9.2.9. O aplicativo com internet patrocinada, ou seja, serviço de navegação gratuita para os usuários deverá conter detecção de voz, supressão de silêncio, remoção de ruídos, gravação de conferência de voz, controle automático de ganho (AGC), controle de volume, cancelamento de eco;

9.2.10. Tecnologia VOIP para videochamadas;

9.2.11. O *website* e o aplicativo deverá conter segurança com Firewall, registro de proxy e rede confiável com infraestrutura de redundância;

9.2.12. O aplicativo também deverá contar com um serviço de navegação gratuita que permite que os usuários acessem a Central de Libras sem se preocupar em pagar pelos dados;

9.2.13. Oferecer profissionais habilitados e qualificados em Libras conforme a Lei 12.319/2010 que regulamenta a profissão dos Tradutores e Intérpretes de Libras;

9.2.14. Acompanhar, gerenciar, capacitar e orientar periodicamente seus profissionais;

9.2.15. A empresa CONTRATADA, bem como os profissionais por ela fornecidos, compromete-se a manter sigilo escrito, verbal e/ou quaisquer dados, informações, materiais, técnicas e procedimentos utilizados na prestação dos serviços da Central de Libras, conforme os parâmetros estabelecidos na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD ([LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018](#));

9.2.16. No último dia útil de cada mês, ou seja, mensalmente, a empresa CONTRATADA deverá efetuar a apuração das horas de atendimentos efetuados nos pontos de atendimentos físicos, no respectivo mês, e, considerando os recursos contratados, elaborar o correspondente relatório em formato PDF e XLSM, contendo dias, horários e quantidade de atendimentos efetuados por ponto, além do tipo e grau de deficiência dos atendidos, dados do cadastro do usuário, tipo de demanda, encaminhamento proposto e a pesquisa de satisfação do atendimento;

9.2.17. No último dia útil de cada mês, ou seja, mensalmente, a empresa CONTRATADA deverá efetuar a apuração das solicitações feitas por meio do aplicativo para dispositivos móveis (smartphone, tablet e outros) com internet patrocinada, ou seja, serviço de navegação gratuita para os usuários, e, considerando os recursos contratados, elaborar o correspondente relatório em formato PDF e XLSM, contendo dias, horários e quantidade de atendimentos efetuados por meio do APP, além do tipo e grau de deficiência dos atendidos, dados do cadastro do usuário, tipo de demanda e a pesquisa de satisfação do atendimento;

9.2.18. A CONTRATANTE poderá, por meio de comunicação oficial, solicitar alteração ou complementação no protocolo de atendimento, desde que não gere ônus ao CONTRATADO ou desconfiguração do serviço;

9.2.19. A empresa CONTRATADA deverá responsabilizar-se por todos e quaisquer encargos, salários, benefícios, pró-labore tributos, taxas, tarifas, relacionados com empregados e prepostos e/ou a empresa na prestação de serviço e que sejam decorrentes da legislação social previdenciária, trabalhista, tributária e cível, incluídas as indenizações por acidentes, moléstias e outros eventos de natureza profissional e/ou ocupacional;

9.2.20. O website e o aplicativo da empresa CONTRATADA deverá garantir fidelidade, sigilo, confidencialidade e integralidade das mensagens;

9.2.21. No último dia útil de cada mês, a empresa CONTRATADA deverá efetuar a apuração das horas de atendimento efetuadas no respectivo mês, e, considerando os recursos contratados, elaborar o correspondente relatório contendo dias, horários e quantidades de atendimentos efetuados, além do tipo de deficiência dos atendidos, tipo de demanda e encaminhamento proposto.

9.3. DOS REQUISITOS NORMATIVOS QUE DISCIPLINAM OS SERVIÇOS A SEREM CONTRATADOS:

9.3.1. A presente contratação deverá observar as seguintes leis e normas:

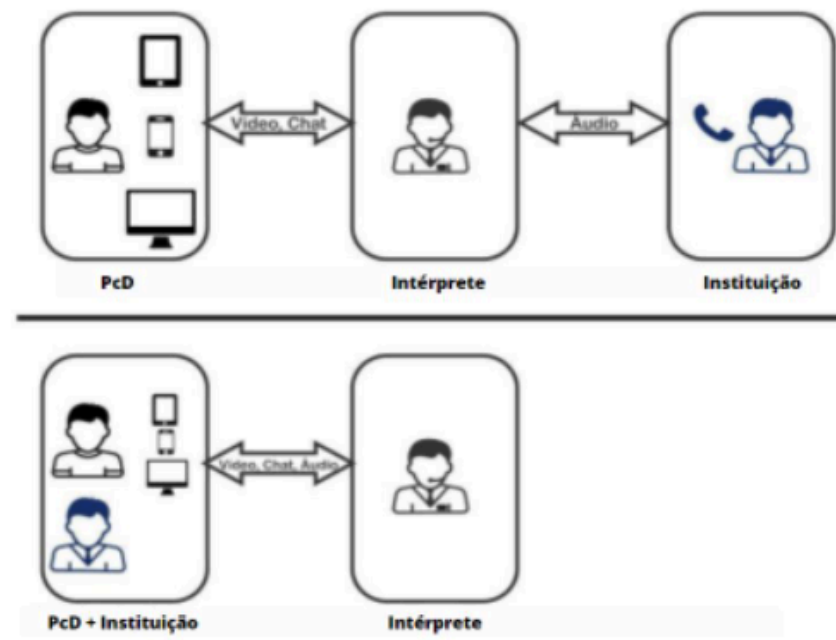
- a) Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD ([LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018](#));
- b) Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- c) Decreto Estadual nº 28.874/2024, de 25/01/2024: regulamenta as contratações públicas no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Estado de Rondônia, com fundamento na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos e revoga os Decretos nº 12.234, de 13 de junho de 2006, nº 16.089, de 28 de julho de 2011, nº 18.340, de 6 de novembro de 2013, nº 21.349, de 21 de outubro de 2016 e nº 26.182, de 24 de junho 2021.

9.4. **DOS REQUISITOS DE SUSTENTABILIDADE:**

- 9.4.1. Será de total responsabilidade da CONTRATADA o cumprimento das normas ambientais vigentes para o fornecimento do objeto.
- 9.4.2. A empresa CONTRATADA deverá tomar todos os cuidados necessários para que da execução dos serviços não decorra qualquer degradação ao meio ambiente.
- 9.4.3. A empresa CONTRATADA deverá assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas cabíveis para a correção dos danos que vierem a ser causados, caso ocorra passivo ambiental, em decorrência da execução de suas atividades objeto desta contratação.
- 9.4.4. A empresa CONTRATADA deverá adotar os critérios de sustentabilidade ambiental, no que couber, conforme disposições constantes no capítulo II do Art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

10. **DA EXECUÇÃO/DO FUNCIONAMENTO:**

- 10.1. A Central de Libras funcionará como uma central de interpretação simultânea, com objetivo de facilitar a comunicação entre pessoas com deficiência auditiva e ouvintes.
- 10.2. A interpretação ocorrerá por meio de uma vídeo-chamada com parâmetros avançados de tecnologia, disponível para sistemas *mobile* e *desktop*, incluindo a criptografia dos dados fornecidos pelos usuários.
- 10.3. Serão duas formas de atendimento: Contatos presenciais via *website* ou contatos por aplicativo para dispositivos móveis (*smartphone*, *tablet* e outros) com internet patrocinada, ou seja, serviço de navegação gratuita para os usuários que acessarem o aplicativo, conforme ilustração abaixo.
- 10.4. Esta tecnologia funcionará das seguintes formas:
 - **Aplicativo para dispositivos móveis:** A pessoa com deficiência auditiva não precisa estar presencialmente na instituição que procura (serviços de emergência: Polícia Militar do Estado de Rondônia - PM/RO, Corpo de Bombeiros do Estado de Rondônia - CBM/RO e Ambulâncias por meio do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU). Ela poderá acessar o serviço pelo aplicativo com internet patrocinada, ou seja, serviço de navegação gratuita para os usuários (por vídeo chamada) e a Central chamará por áudio o número desejado.
 - **Presencial:** O servidor público, ao receber uma pessoa com deficiência auditiva, acessará o website ou o aplicativo para dispositivos móveis com internet patrocinada, entrará em contato com a Central de Libras através de vídeo-chamada e contará com a mediação de intérpretes qualificados e fluentes em Libras – Língua Brasileira de Sinais, para colher a demanda do usuário.



10.5. O usuário com deficiência auditiva sempre terá acesso a um intérprete humano da Central de Libras por meio de vídeo chamada, e poderá, inclusive, transmitir dados confidenciais, pois os dados não serão divulgados ou compartilhados, conforme os parâmetros estabelecidos na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD ([LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018](#)).

10.6. Os intérpretes de libras também poderão atuar em eventos e reuniões virtuais promovidos por esta SEAS, mesmo que em outras plataformas, utilizando o serviço descrito no item 4 "DAS QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES".

10.7. Os atendimentos deverão facilitar o acesso da comunidade surda aos serviços oferecidos pelos órgãos a todos os cidadãos no Estado de Rondônia.

10.8. O atendimento deverá possibilitar aos usuários acesso via *website*, através dos navegadores padrões de mercado, por meio de computadores, notebooks, tablets, bem como aplicativo instalado para dispositivos móveis (*smartphone, tablet* e outros). Este último deverá contar com internet patrocinada, ou seja, serviço de navegação gratuita para os usuários.

10.9. O sistema deverá informar ao usuário sua posição na fila de atendimento escolhida. Durante o tempo de espera na fila de atendimento, o sistema deverá permitir a exibição de vídeos institucionais contendo mensagens em Libras e texto. Ainda, deverá permitir a substituição de vídeos institucionais sem a necessidade de novos desenvolvimentos de *softwares*. A empresa contratada será responsável pela criação e disponibilização dos vídeos.

10.10. O sistema deverá permitir a criação, alteração e exclusão de serviços de atendimento de acordo com as necessidades da Secretarias e dos 52 municípios do Estado de Rondônia relacionados a seguir: Porto Velho, Alta Floresta D'Oeste, Alto Alegre dos Parecis, Alto Paraíso, Alvorada D'Oeste, Ariquemes, Buritis, Cabixi, Cacaupônia, Cacoal, Campo Novo de Rondônia, Candeias do Jamari, Castanheiras, Cerejeiras, Chupinguaia, Colorado do Oeste, Corumbiara, Costa Marques, Cujubim, Espigão D'Oeste, Governador Jorge Teixeira, Guajará-Mirim, Itapuã do Oeste, Jaru, Ji-Paraná, Machadinho D'Oeste, Ministro Andreazza, Mirante da Serra, Monte Negro, Nova Brasilândia D'Oeste, Nova Mamoré, Nova União, Novo Horizonte do Oeste, Ouro Preto do Oeste, Parecis, Pimenta Bueno, Pimenteiras do Oeste, Presidente Médici, Primavera de Rondônia, Rio Crespo, Rolim de Moura, Santa Luzia D'Oeste, São Felipe D'Oeste, São Francisco do Guaporé, Seringueiras, Teixeiraópolis, Theobroma, Urupá, Vale do Anari, Vale do Paraíso e Vilhena.

11. DA MEDIÇÃO DOS SERVIÇOS:

- 11.1. No último dia útil de cada mês, a CONTRATADA deverá efetuar a apuração das horas de atendimento efetuadas no respectivo mês, e, considerando os recursos contratados, elaborar o correspondente relatório contendo dias, horários e quantidades de atendimentos efetuados, além do tipo de deficiência dos atendidos, tipo de demanda e encaminhamento proposto.
- 11.2. Para efeito de pagamento, as medições deverão ser realizadas com o seguinte procedimento:
- 11.2.1. No primeiro dia útil subsequente ao mês que os serviços foram prestados, a CONTRATADA deverá entregar o relatório contendo os quantitativos mensais descritos no item acima e os respectivos valores apurados.
- 11.2.2. Na hipótese de glosas e/ou incorreções de quantitativos e/ou valores, a CONTRATANTE solicitará à CONTRATADA a retificação do relatório, objetivando a emissão da Nota Fiscal.
- 11.3. Serão consideradas somente as horas de atendimento efetivamente realizadas e apuradas da seguinte forma:
- 11.3.1. O valor do pagamento será obtido mediante aplicação do preço global contratado às correspondentes quantidades de **horas efetivamente realizadas**, descontadas as importâncias relativas às quantidades de serviços não aceitas e glosadas pela CONTRATANTE por motivos imputáveis à CONTRATADA.
- 11.3.2. Os descontos indicados no item anterior não prejudica a aplicação de sanções à CONTRATADA, em razão da não execução dos serviços.
- 11.4. Caso a medição não seja composta por número inteiro de horas, será aplicado o fechamento proporcional à minutagem alcançada.
- 11.5. Após a conferência dos quantitativos e valores apresentados, a CONTRATANTE atestará a medição mensal, comunicando a CONTRATADA, no prazo de 3 (três) dias contados do recebimento do relatório, o valor aprovado, e autorizando a emissão da correspondente Nota Fiscal Fatura, a ser apresentada no primeiro dia útil subsequente à comunicação dos valores aprovados.
- 11.6. As Notas Fiscais-Fatura deverão ser emitidas pela CONTRATADA e enviadas, em formato eletrônico, à CONTRATANTE.

12. DAS CONDIÇÕES DE REALIZAÇÃO DO SERVIÇO/PRAZOS:**12.1. DA REALIZAÇÃO DO SERVIÇO:**

- 12.1.1. Fica a CONTRATADA ciente de que qualquer ônus decorrente da prestação do serviço, incluindo custos operacionais, taxas, licenças e a manutenção da plataforma digital utilizada para a intermediação de LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) via website e dispositivos móveis (smartphone, tablet e outros), será de sua inteira responsabilidade.
- 12.1.2. A realização dos serviços será feita conforme as quantidades especificadas na Ordem de Serviço ou no Contrato.

12.2. DO PRAZO:

- 12.2.1. O prazo de início da execução do objeto será de no máximo de **30 (trinta) dias corridos**, contados a partir da assinatura do contrato.
- 12.2.2. As solicitações de prorrogação do prazo para o início da realização do serviço deverão ser feitas dentro do período estipulado no subitem anterior.
- 12.2.3. Se a solicitação for encaminhada à SEAS após o prazo previsto no subitem 12.2.1, poderá haver perda do direito à análise.
- 12.2.4. As solicitações de prorrogação do prazo de realização do serviço deverão ser enviadas para o e-mail: dafcontratos2019@gmail.com.

13. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO:

- 13.1. No recebimento e aceitação do serviço, serão observadas as especificações contidas no Termo de Referência.
- 13.2. O recebimento se dará da seguinte forma:

13.2.1. RECEBIMENTO PROVISÓRIO:

13.2.1.1. Será recebido **PROVISORIAMENTE**, para efeito de verificação da conformidade dos serviços prestados, em cada etapa, em relação à qualidade e quantidades conforme especificações exigidas, o prazo máximo de até **03 (três) dias úteis**, contados da data de sua efetiva realização.

13.2.2. RECEBIMENTO DEFINITIVO:

13.2.2.1. Será realizado após a conclusão de cada etapa, mediante comprovação da qualidade, quantidade e características dos serviços, conforme as especificações do Termo de Referência e da proposta, no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir do aceite do setor solicitante.

13.2.2.2. O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade civil quanto à qualidade, correção, solidez e segurança do objeto contratual, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

13.2.2.3. A realização dos serviços será integralmente recusada pela Comissão de Recebimento caso seja constatada qualquer divergência em relação às especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência.

13.2.2.4. O recebimento será certificado pela Comissão de Recebimento de Serviços nomeada pela **CONTRATANTE**.

13.2.2.5. Havendo necessidade de corrigir o serviço, deverá ocorrer a correção no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos, contados a partir do Recebimento da Notificação, ficando a cargo da CONTRATADA todas as eventuais despesas referentes ao serviço.

14. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

14.1. Deverão ser apresentadas na SEAS, Notas Fiscais/Faturas emitidas em nome do fundo que será identificado na Ordem de Fornecimento/no Contrato, devendo conter no corpo da mesma: a descrição do Objeto, respectiva nota de empenho da despesa, número do processo e número da Agência e Conta Bancária da Empresa para depósito do pagamento, acompanhada da apresentação da certidão de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual, sendo verificada nos sítios eletrônicos, devendo ser negativa ou ainda, positiva com auto de negativa.

14.2. O pagamento de dará conforme o Item 11 "Da Medição dos Serviços".

14.3. Sem prejuízo dos demais requisitos, para efeito de pagamento, observar-se-á o seguinte:

14.3.1. As solicitações de pagamento deverão ser formalizadas pela CONTRATADA por meio de pedido assinado pelo seu representante legal, indicando o número do contrato administrativo e os dados para pagamento, junto à nota fiscal, fatura ou documento equivalente que ateste o cumprimento do objeto, indicando o valor e o período da prestação do serviço ou do fornecimento, conforme disposição expressa no art. 188, do Decreto Estadual nº 28.874/2024;

14.3.2. Deverão acompanhar as solicitações de pagamento: certidão de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual; e, nos casos de contrato de prestação de serviços contínuos com dedicação exclusiva (ou predominante) de mão de obra, certidão de regularidade previdenciária e trabalhista, além dos documentos comprobatórios do cumprimento das respectivas obrigações nos termos do art. 24 do Decreto Estadual nº 28.874/2024;

14.3.3. Pela fiel e perfeita execução do objeto definido neste Termo de Referência, a SEAS/RO realizará o pagamento, mediante a entrega da(s) nota(s) fiscais(is), que corresponderá(ão) ao valor da parcela do serviço contratado e entregue;

14.3.4. No preço a ser pago, deverão estar inclusas todas as despesas inerentes a salários encargos sociais, tributários, trabalhistas e comerciais, dentre outras (quando houver);

14.3.5. A(s) notas(s) Fiscal(is) deverá(ão) ser certificada(s) pelo servidor encarregado de fiscalizar a realização dos serviços, comprovando a execução do objeto contratado;

14.3.6. A CONTRATANTE poderá deduzir do montante a pagar à CONTRATADA, os valores correspondentes às multas ou indenizações devidas por esta, previstas neste Termo de Referência.

- 14.4. O prazo para liquidação da despesa será de até 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento definitivo do material.
- 14.5. Os pagamentos serão efetuados no prazo de até **15 (quinze) dias úteis** após habilitação do pagamento, conforme o art. 190, do Decreto Estadual n. 28.874/2024, devidamente atestada pela comissão designada competente para recebimento.
- 14.6. Constando-se quaisquer incorreções na nota fiscal, bem como qualquer outra circunstância que desaconselhe o seu pagamento, o prazo para o pagamento constante do item acima fluirá a partir da respectiva regularização.
- 14.7. O pagamento da despesa só será efetuado quando ordenado após sua regular liquidação.
- 14.8. Havendo qualquer divergência no pagamento, será efetuado o pagamento da parcela incontroversa, sem prejuízo da apuração do valor controvertido.
- 14.9. Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = \frac{(TX/100)}{365}$$

$$365$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

$$I = \text{Índice de atualização financeira;}$$

$$TX = \text{Percentual da taxa de juros de mora anual;}$$

$$EM = \text{Encargos moratórios;}$$

$$N = \text{Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;}$$

$$VP = \text{Valor da parcela em atraso.}$$

- 14.9.1. No que concerne às etapas que precedem e envolvem o pagamento, e com fundamento no Decreto nº 28.874/2024, deverá, ainda, ser observado o seguinte:
- a) Cumprimento das etapas em prazo hábil, especialmente no que se refere à liquidação da despesa, a qual deverá ocorrer no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento definitivo;
- b) Observância, nas etapas correspondentes, das seguintes normativas:
- I - O artigo 24, inciso X, do citado Decreto, com especial atenção à análise da documentação necessária à liquidação da despesa;
- II - O disposto no artigo 188, § 2º, do referido Decreto, inclusive quanto à remessa tempestiva dos autos ao setor responsável pela liquidação da despesa;
- III - O estabelecido nos §§ 1º e 2º do artigo 190, do mencionado Decreto, com o objetivo de evitar que a Administração Pública incorra em mora.
- 14.10. A nota fiscal deverá ser emitida observando-se os dados, tais como nome CNPJ do Fundo ou Unidade Gestora designado na Ordem de Serviço/Contrato e demais informações constantes no documentos a serem enviados.
- 14.11. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da empresa CONTRATADA.
- 14.12. O pagamento efetuado à empresa CONTRATADA não a isentará de suas responsabilidades vinculadas a entrega dos serviços, especialmente aquelas relacionada com a qualidade e garantia dos serviços oferecidos.
- 14.13. A nota fiscal deverá ser encaminhada em PDF para o e-mail **dafcontratos2019@gmail.com**, com as respectivas documentações.
- 14.14. O pagamento só poderá ser efetuado após a certificação da nota fiscal pela comissão de fiscalização e recebimento de serviços.
- 14.15. Caso a empresa seja optante do Simples Nacional deverá encaminhar a declaração junto à Nota Fiscal. A declaração pode ser nos moldes do seguinte modelo:

DECLARAÇÃO DE INSTITUIÇÕES INSCRITAS NO SIMPLES NACIONAL

Ilmo. Sr. (pessoa jurídica pagadora)

(Nome da empresa), com sede (endereço completo), inscrita no CNPJ sob o nº..... DECLARA ao Estado de Rondônia, para fins de não incidência na fonte do IRPJ, que é regularmente inscrita no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional, de que trata o art. 12 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Para esse efeito, a declarante informa que:

I - preenche os seguintes requisitos:

a) conserva em boa ordem, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovam a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem como a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial; e

b) cumpre as obrigações acessórias a que está sujeita, em conformidade com a legislação pertinente;

II - o signatário é representante legal desta empresa, assumindo o compromisso de informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil e ao Estado de Rondônia, imediatamente, eventual desenquadramento da presente situação e está ciente de que a falsidade na prestação dessas informações, sem prejuízo do disposto no art. 32 da Lei nº 9.430, de 1996, o sujeitará, com as demais pessoas que para ela concorrem, às penalidades previstas na legislação criminal e tributária, relativas à falsidade ideológica (art. 299 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal) e ao crime contra a ordem tributária (art. 1º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990).

Local e data

.....

Assinatura do Responsável

15. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

15.1. As despesas advindas do presente Processo ocorrerão à conta dos programas abaixo discriminados:

Secretaria de Estado da Mulher, da Família, da Assistência e do Desenvolvimento Social - SEAS									
UG	23001	F. DE RECURSO	1.500.0.00001	PROGRAMA	2112	PROJ. ATIVIDADE	2010	ELEMENTO DE DESPESA	33.90.39

16. ESTIMATIVA DA DESPESA:

16.1. A pesquisa de mercado visando estimativa de preços será oportunamente juntada aos autos pela Superintendência Estadual de Compras e Licitações, em atendimento a competência designativa do Decreto Estadual nº 28.874/2024 .

17. CLASSIFICAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS COMO COMUNS:

17.1. Conforme a Lei Federal nº 14.133/21, em seu art. 6º, inciso XIII, considera-se bens e serviços comuns "aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos no edital, por meio de especificações usuais de mercado".

17.2. Somado a isso, no Decreto Estadual nº 28.874/2024, art. 65, define:

*Art. 65. Para contratação de **bens e serviços de natureza comum** será utilizada **obrigatoriamente a modalidade licitatória pregão**, em sua via eletrônica.*

§ 1º Compete à Pasta requisitante a definição da modalidade licitatória, devendo ser devidamente atestado nos autos por parte do setor técnico que os bens ou serviços são comuns, bem como a elaboração de justificativa no caso da utilização de modalidade diversa da prevista no caput.

§ 2º Para contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços especiais de engenharia será utilizada obrigatoriamente a modalidade licitatória concorrência, em sua via eletrônica.

17.3. Nessa conjuntura, o serviço requisitado presente neste Termo de Referência é considerado como **serviço comum**, sendo sua modalidade licitatória o **PREGÃO**, segundo os fundamentos acima.

18. DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:**18.1. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:**

18.1.1. O critério de julgamento das propostas será de **MENOR PREÇO POR LOTE**.

18.1.2. O licitante deverá encaminhar proposta de preços com o detalhamento do lote ofertado, a marca (se couber) e os preços unitário e total.

18.1.3. A proposta deverá atender todas as condições e especificações deste instrumento.

18.1.4. O preço ofertado deve ter a inclusão dos tributos, fretes, tarifas e as despesas decorrentes da execução.

18.1.5. Não será aceita oferta de objeto com especificações inferiores ou divergentes do TR.

18.1.6. A proposta deverá ter validade mínima de 90 (noventa) dias.

18.1.7. Não serão exigidas amostras para este certame.

18.2. JUSTIFICATIVA DO AGRUPAMENTO POR LOTE:

18.2.1. Tendo como base a Lei 14.133/21, Art. 40, §2º inciso I:

"§2º Na aplicação do princípio do parcelamento, referente às compras, deverão ser considerados:

I- a viabilidade da divisão do objeto em lotes;"

18.2.2. O agrupamento ora proposto é inteiramente possível, uma vez que os itens agrupados guardam homogeneidade entre si, isto é, considerando-se a natureza e características dos itens, eles podem ser fornecidos por um mesmo fornecedor, concretizando, assim, os princípios da competitividade e igualdade.

18.2.3. Considerando os princípios da economicidade, legalidade, impessoalidade, celeridade, igualdade, vinculação ao instrumento convocatório e julgamento objetivo, deve-se observar a não ocorrência de fracasso da contratação - o que se busca evitar com a divisão em lotes - e incorrer no planejamento anual desta Secretaria.

18.3. DO MODO DE DISPUTA:

18.3.1. O modo de disputa deste certame será **ABERTO**, tendo por finalidade a seleção da proposta mais vantajosa.

19. DA SUBCONTRATAÇÃO:

- 19.1. A subcontratação apenas se mostra cabível quando o objeto a ser licitado comporta execução complexa, de modo que alguma fase ou etapa requeira a participação de terceiros, em razão da necessidade de especialização ou atividade diversa daquela praticada pela contratada, como material principal.
- 19.2. Os itens que compõem a solução são comuns, de fácil acesso e aquisição, não justificando a necessidade de realizar subcontratação.
- 19.3. Por essa razão, é **VEDADA A SUBCONTRATAÇÃO**, cessão ou transferência, total ou parcial, do objeto deste termo.

20. DA HABILITAÇÃO:

- 20.1. Exigir-se-á dos interessados, na fase de habilitação, nos termos estabelecidos no art. 62, da Lei 14.133/2021, documentação relativa à:

20.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b) Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio "[Portal do Empreendedor](#)";
- c) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- d) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- e) No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização, e se for o caso, ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

**Os documentos acima deverão estar acompanhados da última alteração ou da consolidação respectiva.*

20.3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

- 20.3.1. A qualificação técnica será exigida em conformidade com o art.67, §1º da Lei 14.133/21:

Art. 67. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:

§ 1º A exigência de atestados será restrita às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação.

§ 2º Observado o disposto no caput e no § 1º deste artigo, será admitida a exigência de atestados com quantidades mínimas de até 50% (cinquenta por cento) das parcelas de que trata o referido parágrafo, vedadas limitações de tempo e de locais específicos relativas aos atestados.

- 20.3.2. Tendo em vista que, no lote único, os itens 01 e 02, individualmente, **ultrapassam os 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação**, será exigida a **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA** da CONTRATADA de ambos os itens.

- 20.3.3. A CONTRATADA deverá apresentar Atestado de Capacidade Técnica, compatível em características e quantidades, comprovando a realização dos serviços condizentes com objeto desta licitação de, **no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento)** do quantitativo previsto neste instrumento, permitida a soma de contratos, concomitantes ou não, para atingir a quantidade exigida.

- 20.3.4. Entende-se por pertinente e compatível em **características** o(s) atestado(s) que em sua individualidade ou soma de atestados, contemplem a parcela de maior relevância do serviço/fornecimento objeto dessa solicitação, comprovando que a licitante prestou/forneceu os serviços/materiais condizentes com o item que apresentar proposta.

- 20.3.5. Na ocorrência do percentual requerido para o quantitativo apresentar fração, considerar-se-á o número inteiro imediatamente superior.

20.3.6. O atestado deverá indicar dados da entidade emissora (razão social, CNPJ, endereço, telefone, fax, data de emissão) e dos signatários do documento (nome, função, telefone, etc.), além da descrição do objeto e quantidade expressa em unidade ou valor e os prazos em que foram fornecidos.

20.3.7. O declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

20.4. **HABILITAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA:**

20.4.1. Apresentar o Balanço Patrimonial, referente aos **2 (dois) últimos exercícios sociais**, ou o Balanço de Abertura, caso a licitante tenha sido constituída em menos de um ano, devidamente autenticado ou registrado no órgão competente, para que o(a) Pregoeiro(a) possa aferir se esta possui Patrimônio Líquido (licitantes constituídas a mais de um ano) ou Capital Social (licitantes constituídas a menos de um ano), **não inferior a 10% (dez por cento) do valor do estimado da contratação**.

a) no caso do licitante classificado em mais de um item/lote, o aferimento do cumprimento da disposição acima levará em consideração a soma de todos os valores referencias;

b) caso seja constatada a insuficiência de patrimônio líquido ou capital social para a integralidade dos itens/lotos em que o licitante estiver classificado, o Pregoeiro o convocará para que decida sobre a desistência do(s) item(ns)/lote(s) até o devido enquadramento a regra acima disposta.

20.4.2. Apresentar a Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, nos últimos 90 (noventa) dias, caso não conste o prazo de validade.

20.4.3. No caso de empresa que esteja em recuperação judicial, deverá ser apresentado o Plano de Recuperação Judicial já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor.

20.5. **RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:**

20.5.1. Apresentar a Comprovação de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

20.5.2. Apresentar a Comprovação de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

20.5.3. Apresentar a Prova de regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.

20.5.4. Apresentar a Certidão de Regularidade do FGTS, relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

20.5.5. Apresentar a Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão de Regularidade de Débito – CNDT, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento.

20.5.6. Apresentar a inexistência de proibição de contratar com a administração - certidão negativa da controladoria geral do estado de Rondônia (CAGEFIMP).

20.5.7. Apresentar a declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

20.6. **OUTRAS DECLARAÇÕES:**

20.6.1. Apresentar a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social e aprendiz, previstas em lei e em outras normas específicas, em conformidade com o art. 63, IV, da Lei 14.133/2021.

20.6.2. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, conforme previsão do inciso XVII do Art. 92, da Lei 14.133/2021.

- 20.6.3. Apresentar a declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, conforme o solicitado no artigo 67, inciso VI da Lei 14.133/2021.
- 20.6.4. Apresentar a certidão negativa do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade.
- 20.6.5. Apresentar a regularidade no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) e no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS).

21. **DA JUSTIFICATIVA DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E ECONÔMICA-FINANCEIRA:**

21.1. **Da qualificação técnica:**

- 21.1.1. Em observância ao art. 67, §§1º e 2º da Lei nº 14.133/2021, a exigência de atestados técnicos recairá sobre as parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto, definidas como aquelas que correspondem a pelo menos 4% do valor global estimado da contratação, fixando-se, para esta licitação, o percentual de 25% por parcela.
- 21.1.2. Tais exigências têm por finalidade verificar se os licitantes possuem experiência mínima compatível com a complexidade e abrangência dos serviços, assegurando a regularidade, qualidade e continuidade do atendimento ao público-alvo. Além disso, são razoáveis diante do montante estimado, e visam coibir a participação de licitantes inexperientes que possam comprometer a perfeita execução do objeto contratual.

21.2. **Da justificativa da habilitação econômica-financeira:**

- 21.2.1. Considerando a natureza do objeto contratual, que envolve a prestação de serviços contínuos de intermediação de LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) por meio de plataforma digital via website e dispositivos móveis, a ser disponibilizada para atendimento aos 52 municípios do estado de Rondônia, entende-se necessária a exigência de comprovação da boa situação econômico-financeira das licitantes. Para tanto, será exigida a apresentação do balanço patrimonial dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, na forma da lei, com a demonstração de patrimônio líquido mínimo não inferior a 10% do valor estimado da contratação, conforme permitido pelo artigo 69 da Lei nº 14.133/2021.
- 21.2.2. Tal exigência tem por finalidade assegurar que a empresa contratada detenha condições financeiras mínimas para suportar os encargos decorrentes da execução contratual, especialmente em relação à manutenção da estrutura tecnológica, suporte técnico contínuo, atualização da plataforma digital e à disponibilização de profissionais intérpretes qualificados, de forma ininterrupta e compatível com a demanda dos municípios atendidos. A adoção do percentual de 10% referente ao lote para o qual a licitante apresentar proposta encontra respaldo legal e constitui critério objetivo, proporcional à complexidade e aos riscos associados ao objeto. Não configura, portanto, barreira indevida à competitividade, mas sim medida preventiva de risco contratual, em consonância com os princípios da razoabilidade, eficiência e interesse público.

22. **DAS OBRIGAÇÕES:**

22.1. **DA CONTRATANTE:**

- 22.1.1. Fiscalizar, conforme lhe aprouver e no seu exclusivo interesse, o cumprimento exato das cláusulas e condições contratadas, registrando eventuais deficiências e comunicando-as, por escrito, ao Gestor do Contrato para a devida correção das irregularidades apontadas.
- 22.1.2. Comunicar imediatamente à CONTRATADA quaisquer irregularidades na execução do contrato e receber dela informações sobre as providências adotadas.
- 22.1.3. Promover o recebimento provisório e definitivo nos prazos estabelecidos.
- 22.1.4. Caberá ao servidor designado para o recebimento rejeitar qualquer item que não esteja em conformidade com as exigências deste instrumento.
- 22.1.5. Fiscalizar a execução do serviço.
- 22.1.6. Efetuar o pagamento no prazo devido.
- 22.1.7. Fornecer à CONTRATADA todas as informações necessárias para o bom e fiel cumprimento do contrato.
- 22.1.8. Notificar a CONTRATADA, por escrito, acerca de eventuais imperfeições na execução do serviço, determinando sua imediata correção.

- 22.1.9. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do objeto, especialmente quanto à aplicação de penalidades pelo descumprimento total ou parcial do contrato.
- 22.1.10. Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto que estiver em desacordo com o discriminado no presente Termo de Referência.
- 22.1.11. Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 22.1.12. A ausência de comunicação por parte da SEAS, referente a irregularidades ou falhas, não exime a CONTRATADA das responsabilidades determinadas no Termo de Referência.

22.2. DA CONTRATADA:

- 22.2.1. Assinar o contrato ou receber a nota de empenho quando convocada a fazê-lo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis.
- 22.2.2. Possuir toda a infraestrutura necessária, adequada e suficiente, garantindo o uso de materiais de qualidade e a atuação de pessoal capacitado e especializado, de forma a assegurar a execução eficiente e conforme as exigências contratuais.
- 22.2.3. A CONTRATADA deverá fornecer informações acerca da pesquisa de satisfação do atendimento ao usuário.
- 22.2.4. Responsabilizar-se na prestação do serviço, incluindo custos operacionais, taxas, licenças e a manutenção da plataforma digital utilizada para a intermediação de LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) via website e dispositivos móveis (smartphone, tablet e outros).
- 22.2.5. A CONTRATADA deverá emitir, até o 5º (quinto) dia do mês subsequente, relatório de Prestação de Contas, contendo o número de atendimentos realizados.
- 22.2.6. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 22.2.7. Realizar o serviço em conformidade com todas as especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, empregando os recursos necessários para o cumprimento integral das cláusulas contratuais. Além disso, fornecer os produtos na quantidade e qualidade especificadas, assegurando a execução plena e satisfatória do contrato.
- 22.2.8. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, conforme o caso, os serviços realizados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da sua execução, no prazo de 05 (cinco) dias corridos.
- 22.2.9. Assumir todos os ônus decorrentes do objeto deste Termo de Referência e se responsabilizar por todas as obrigações previstas na legislação fiscal, previdenciária, tributária e trabalhista, respondendo por si e por seus sucessores.
- 22.2.10. Responsabilizar-se, integralmente, por todos os tributos, taxas e contribuições (inclusive para fiscais), que direta ou indiretamente, incidam ou vierem a incidir sobre a contratação.
- 22.2.11. Responsabilizar-se e indenizar todos os danos e prejuízos que, a qualquer título, causar a terceiros em virtude da execução do objeto.
- 22.2.12. Instruir seus empregados sobre a necessidade de acatar as normas internas da Administração, observando os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
- 22.2.13. Agir com urbanidade no relacionamento com os servidores da CONTRATANTE e com terceiros, garantindo um ambiente de respeito e colaboração.
- 22.2.14. Todas as despesas referentes a frete, taxas, montagens e outros, necessários para o transporte e execução dos serviços devem ocorrer por conta da CONTRATADA.
- 22.2.15. Quando houver formalização contratual, aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que se fizerem necessárias, no montante de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado, de acordo com o art. 125, da Lei 14.133/2021.
- 22.2.16. Providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades constatadas, sem ônus para a CONTRATANTE, caso verifique que os mesmos não atendem as especificações deste Termo de Referência.
- 22.2.17. Manifestar o recebimento da Ordem de Fornecimento no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do envio.

22.2.18. Comunicar à CONTRATANTE, por escrito via E-mail **dafcontratos2019@gmail.com**, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, que antecede a data da realização, quaisquer alterações, ou acontecimentos, que impeçam, mesmo que temporariamente, de cumprir seus deveres e responsabilidades relativas à execução do Contrato, total ou parcialmente, por motivo de caso fortuito ou força maior.

23. **DA GARANTIA DO SERVIÇO:**

23.1. Todos os serviços/itens ofertados, no que couber, deverão atender aos dispositivos da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e às demais legislações pertinentes.

23.2. Deverão ser substituídos, às suas expensas, os itens em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos a contar da notificação para tal.

24. **DO CONTRATO:**

24.1. **DO INSTRUMENTO CONTRATUAL:**

24.1.1. Será formalizado um Contrato Administrativo que estabelecerá, por meio de cláusulas, as condições e responsabilidades das partes quanto ao fornecimento do objeto, em conformidade com este instrumento e com a proposta da empresa, estando sujeito à análise da Procuradoria-Geral do Estado – PGE/RO.

24.1.2. A vigência do contrato resultante deste Termo de Referência será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por iguais e sucessivos períodos, a critério da Administração.

24.1.3. O prazo para assinatura do contrato será de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da disponibilização do documento.

24.1.4. A CONTRATADA deverá manter, durante toda a execução do contrato, a compatibilidade com as obrigações assumidas, bem como todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório.

24.2. **Do reequilíbrio contratual:**

24.2.1. O equilíbrio econômico-financeiro dos contratos administrativos é direito do contratado, sendo sua manutenção interesse público.

24.2.2. O pedido relacionado ao reequilíbrio econômico-financeiro deverá ser apresentado pela contratada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do fato gerador de seu direito.

24.2.3. A Administração se manifestará sobre os pedidos formais de reequilíbrio econômico-financeiro no prazo de até 30 (trinta) dias úteis.

24.2.4. **Do reajuste:**

24.2.4.1. Os preços apresentados na proposta são fixos e irreajustáveis pelo prazo de 1 (um) ano, contados da data do orçamento estimado, conforme artigo 92, §3, da Lei nº14.133. Vejamos:

Arte. 92. São necessárias em todo contrato cláusulas que estabeleçam:

[...]

§ 3º Independentemente do prazo de duração, o contrato deverá conter cláusula que estabeleça o índice de reajustamento de preço, com data-base vinculada à data do orçamento estimado, e poderá ser estabelecido mais de um índice específico ou setorial, em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos.

24.2.4.2. Tal medida visa garantir a estabilidade orçamentária e a previsibilidade dos custos durante a execução contratual, evitando distorções nos valores pactuados e garantindo o equilíbrio econômico-financeiro da contratação dentro do período de vigência previsto.

- 24.2.4.3. O pedido deverá ser formulado pela contratada, mediante requerimento formal acompanhado de demonstração analítica da variação dos custos, por meio de planilha de composição de custos atualizada.
- 24.2.4.4. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da CONTRATADA, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de 1 (um) ano, aplicando-se o índice IPCA-E, ou outro que o substitua ou melhor se adeque.
- 24.2.5. O prazo para resposta ao pedido de reajuste, será de até 30 (trinta) dias corridos, a contar do recebimento da solicitação.
- 24.2.5.1. Caso o índice previsto para reajuste venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela então legislação em vigor.
- 24.2.5.2. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 24.2.5.3. O reajuste poderá ser feito por apostilamento.
- 24.2.5.4. O reajuste atenderá, no que couber, ao Decreto Estadual nº 28.874/2024.

24.2.6. **Da revisão:**

- 24.2.6.1. Em observância ao disposto no inciso XI do art. 92 da Lei nº 14.133/2021, a Administração deverá se manifestar sobre os pedidos formais de reequilíbrio econômico-financeiro no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, contado do recebimento formal do pedido devidamente instruído pelo contratado, podendo esse prazo ser prorrogado, de forma motivada, por igual período, quando a complexidade da análise assim o exigido.
- 24.2.6.2. A revisão contratual (revisão de preços ou recomposição) é cabível diante de fatos supervenientes à formulação da proposta e externos à relação econômica contratual, imprevisíveis ou previsíveis, mas de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando área extraordinária e extracontratual, podendo se dar tanto a favor do contratado quanto à Administração contratante, conforme art. 163 do Decreto Estadual 28.874/2024.
- 24.2.6.3. Conforme o art. 164 do Decreto Estadual nº 28.874/2024, o pedido do contratado deverá ser instruído com os seguintes documentos:
- a) Planilha de custos demonstrando a proposta inicial do contrato, quando este já não constar do processo licitatório; e
 - b) Planilha de custos demonstrando a proposta atual do contrato, a qual deverá demonstrar a variação do preço, levando em consideração o índice de reajuste pré-fixado no instrumento convocatório e no contrato.

24.3. **DA EXTINÇÃO CONTRATUAL:**

- 24.3.1. O Termo de Contrato poderá ser extinto nas hipóteses previstas no art. 137 da Lei nº. 14.133/21, sem prejuízo das sanções aplicáveis.
- 24.3.2. Os casos de extinção contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.
- 24.3.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de extinção administrativa prevista no art. 104 da Lei nº. 14.133/21.

25. **DA GARANTIA CONTRATUAL:**

- 25.1. Não serão exigidas Garantias Contratuais, uma vez que o objeto da presente licitação não apresenta grande complexidade.

26. **DA FISCALIZAÇÃO E DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO:**

- 26.1. A Secretaria de Estado da Assistência e do Desenvolvimento Social, conforme os termos do art. 117, § 1º e 2º, da Lei nº. 14.133/21, designará 1 (um) ou mais representantes para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. As decisões e providências que ultrapassarem a sua competência deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.
- 26.2. O exercício da fiscalização pela CONTRATANTE, não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da contratada.
- 26.3. Em caso de eventual falha na execução dos serviços que compõem o objeto contratual, deverá o fiscal registrar, de forma detalhada, a ocorrência no relatório de fiscalização.
- 26.4. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito e serão documentadas nos autos do processo de fiscalização, de modo que haja rastreabilidade dos fatos ocorridos ao longo da vigência do contrato.
- 26.5. Após a emissão da Ordem de Fornecimento/Contrato, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
- 26.6. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 26.7. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 26.8. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 26.9. O fiscal do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 26.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- 26.11. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- 26.12. O fiscal do contrato realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.
- 26.13. O recebimento definitivo será realizado pelo gestor do contrato.
- 26.14. A contratada deverá disponibilizar preposto para representá-la perante a Administração, garantindo pronta comunicação e solução de ocorrências durante a execução contratual.
- 26.15. Eventuais falhas ou descumprimentos contratuais serão registrados e poderão ensejar aplicação de sanções, observados o contraditório e a ampla defesa.

27. **DAS SANÇÕES:**

- 27.1. Sem prejuízo das sanções cominadas no Art. 155, da Lei 14.133/21, pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à CONTRATADA multa de até 10% (dez por cento) do valor contrato.
- 27.2. São exemplos de infração administrativa penalizáveis, nos termos do Art. 155 da Lei 14.133/21:

I - *dar causa à inexecução parcial do contrato;*

- II - *dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;*
- III - *dar causa à inexecução total do contrato;*
- IV - *deixar de entregar a documentação exigida para o certame;*
- V - *não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;*
- VI - *não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;*
- VII - *ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;*
- VIII - *apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a contratação ou a execução do contrato;*
- IX - *fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;*
- X - *comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;*
- XI - *praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;*
- XII - *praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.*

27.3. Segundo o art. 156, da Lei nº 14.133/2021, serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

- I - *Advertência;*
- II - *Multa;*
- III - *Impedimento de licitar e contratar;*
- IV - *Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.*

§ 1º Na aplicação das sanções serão considerados:

- I - a natureza e a gravidade da infração cometida;*
- II - as peculiaridades do caso concreto;*
- III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;*
- IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;*
- V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.*

§ 2º A sanção prevista no inciso I do caput deste artigo será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

§ 3º A sanção prevista no inciso II do caput deste artigo, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 desta Lei.

§ 4º A sanção prevista no inciso III do caput deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

§ 5º A sanção prevista no inciso IV do caput deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 desta Lei, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais

grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§ 6º A sanção estabelecida no inciso IV do caput deste artigo será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

I - quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de ministro de Estado, de secretário estadual ou de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;

II - quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente às autoridades referidas no inciso I deste parágrafo, na forma de regulamento.

§ 7º As sanções previstas nos incisos I, III e IV do caput deste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do caput deste artigo.

§ 8º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

§ 9º A aplicação das sanções previstas no caput deste artigo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

- 27.4. Multa por atraso na execução do serviço.:

a) 0,5% (cinco décimos por cento) até 1% (um por cento) por dia sobre o valor contratado em caso de atraso na entrega do bem, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
b) 0,5% (cinco décimos por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor contratado, em caso de atraso na entrega do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima.
- 27.5. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.
- 27.6. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrava pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;
- 27.7. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades do Estado, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até 3 (três) anos.
- 27.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da lei 14.133/21, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 27.9. A sanção declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art.155 da lei 14.133/21, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida cláusula anterior (sanção de impedimento de licitar e contratar), e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
- 27.10. Para efeito de aplicação de multas, sem prejuízo das mesmas, as infrações se darão de acordo com as específicas abaixo em rol exemplificativo:

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	PORCENTAGEM

1	Usar indevidamente informações sigilosas a que teve acesso, por ocorrência;	4%
2	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	5%
3	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia;	1,5%
4	Recusar-se a entregar o bem determinado pela FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado; por ocorrência;	0,5%
5	Entregar o bem incompleto, paliativo substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar; por ocorrência;	1,5%
PARA OS ITENS A SEGUIR, DEIXAR DE:		
6	Manter atualizado <u>endereço eletrônico</u> durante toda a execução do contrato/fornecimento;	1,5%
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	1,5%
8	Comunicar a CONTRATANTE dentro do Prazo estipulado no item 22.2.18 quaisquer alterações ou acontecimentos que impeçam a entrega do objeto;	10%
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	5%
10	Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, as partes do objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, no prazo máximo de 15 dias úteis a contar da notificação para tal;	5%
11	Entregar o objeto de acordo com as especificações constantes da SAMS e Termo de Referência em consonância com a proposta apresentada;	10%
12	Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que fizerem nos serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato;	10%
13	Deixar de cumprir quaisquer as cláusulas " <i>Das obrigações da CONTRATADA</i> " (item 22.2 e seus subitens).	De 0,5% a 10% (A definição da porcentagem a ser aplicada obedecerá a cláusula 27.4 deste Termo de Referência)

**incidentes sobre o faturamento mensal.*

- 27.11. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Portaria nº 167 de 04 de abril de 2022 ([0027822718](#)).
- 27.12. As multas devidas e/ou prejuízos causados à CONTRATANTE serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do ESTADO, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na dívida ativa e cobrados judicialmente.
- 27.13. Caso a CONTRATANTE determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 27.14. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 27.15. As penalidades serão obrigatoriamente registradas na no SICAF ou CAGEFIMP.

28. **DOS CASOS OMISSOS:**

- 28.1. As omissões, dúvidas e casos não previstos neste instrumento serão resolvidos com base na Lei nº 14.133/2021 e demais normativos jurídicos correlatos, sempre em observância aos princípios que regem a administração pública.

29. **DO FORO:**

- 29.1. As partes elegem o foro da comarca de Porto Velho - RO para dirimir as questões que não puderem ser resolvidas pela via administrativa referentes a este termo de referência.

30. **DO PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO:**

- 30.1. O parcelamento da solução é a regra (conforme disposto no § 1º, inciso VIII, do art. 18 da Lei no 14.133, de 2021), devendo a licitação ser realizada por item sempre que o objeto for divisível e desde que se verifique não haver prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala, visando propiciar a ampla participação de licitantes, que embora não disponham de capacidade para execução da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas.
- 30.2. No caso em apreço, o parcelamento não se mostra adequado tendo em vista tratar-se de contratação de uma prestação do serviço, não se aplicando, portanto, o parcelamento da solução.

31. **DA PARTICIPAÇÃO DE ME E EPP:**

- 31.1. A aplicação do tratamento favorecido, diferenciado e simplificado às Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), conforme previsto no Art. 8º do Decreto Estadual nº 21.675/2017, não se mostra viável para esta contratação, pois a fragmentação da contratação entre diferentes empresas poderia comprometer a padronização e a continuidade dos serviços, impactando negativamente a execução plena do contrato e, conseqüentemente, prejudicando o resultado esperado pela Administração.
- 31.2. Dessa maneira, a necessidade de uniformidade na prestação do serviço de intermediação de LIBRAS por meio de plataforma digital exige a contratação de uma única empresa especializada, garantindo a eficiência, qualidade e integração dos serviços prestados.

32. **DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS REUNIDAS EM FORMA DE CONSÓRCIO E COOPERATIVA:**

32.1. **FORMA DE CONSÓRCIO:**

- 32.1.1. É vedada a participação de empresas sob a forma de consórcio, uma vez que a união de esforços se faz necessária apenas na questão de alta complexibilidade e de relevante vulto, que impeçam a participação isoladas de empresas, que não é o caso do objeto em questão. A formação de Consórcios nesta licitação poderá ensejar na redução do

caráter competitivo do certame, visto que, trata-se de fornecimento de bem comum.

32.2. SOCIEDADES COOPERATIVAS:

32.2.1. A participação de cooperativas será permitida, desde que seu objeto seja compatível com o definido neste Termo, e sua constituição e funcionamento observem, conforme o caso, as regras estabelecidas no artigo 16 da Lei nº 14.133/2021 e demais legislações aplicáveis.

33. DA JUSTIFICATIVA PARA A EXCLUSÃO DE PARTICIPAÇÃO DE PESSOAS FÍSICAS NA LICITAÇÃO:

33.1. Em atenção ao art. 34, inciso XIV do Decreto Estadual nº 28.874/2024, justifica-se a exclusão de participação de pessoas físicas no presente processo, considerando que a Administração Pública tem a obrigação de garantir a segurança e a qualidade dos serviços que contrata. Em razão disso, é importante que os contratados tenham a capacidade técnica e a estrutura necessária para prestar o serviço de forma adequada.

33.2. Dessa forma, não é possível garantir que as pessoas físicas possuem a mesma capacidade técnica, estrutura e equipe especializada para a prestação dos serviços.

33.3. Por isso, a participação de pessoas físicas na contratação pretendida pode colocar em risco a segurança, a qualidade e a efetivação dos serviços a serem prestados.

34. CONSIDERAÇÕES FINAIS:

34.1. As omissões, dúvidas e casos não previstos neste Termo de Referência serão resolvidos e decididos aplicando-se a Lei Federal nº 14.133/2021, o Decreto Estadual nº 28.874/2024, com suas alterações e amplitude de legislação aplicável vigente.

34.2. Na ausência de prazos definidos neste instrumento, salvo justificativa da Administração, entenda-se 05 (cinco) dias úteis para atuação dos agentes envolvidos, em consonância com a Lei 9.784/99.

34.3. Na contagem dos prazos estabelecidos neste instrumento, quando não mencionado o contrário, considerar-se-ão os dias consecutivos.

34.4. Este instrumento é regido pelas normas e diretrizes estabelecidas art.10 da instrução Normativa nº 81/2022/SEGES/ME.

35. DOS ANEXOS:

35.1. Estudo Técnico Preliminar ([0059918317](#)).

35.2. É parte integrante deste Instrumento a Minuta de Contrato.

Elaborado por:

Tamir Silva de Paula

Assessora / Gerência de Compras

Revisado por:

Felipe Santana Lopes

Gerente de Compras

Na Forma do que dispõe a *Lei Federal 14.133*, **aprovo, declaro e dou fé no presente Termo de Referência e Anexos.**

De acordo,

ANDERSON MELO TINOCO DA SILVA

Diretor Administrativo e Financeiro SEAS

Gestor e OD por Delegação - Portaria nº 634 de 01 de outubro de 2021.



Documento assinado eletronicamente por **FELIPE SANTANA LOPES, Gerente**, em 13/03/2026, às 11:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Tamir Silva de Paula, Assessor(a)**, em 13/03/2026, às 11:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **ANDERSON MELO TINOCO DA SILVA, Diretor**, em 13/03/2026, às 12:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **70102849** e o código CRC **E2392C81**.

Referência: Caso responda este Termo de Referência, indicar expressamente o Processo nº 0026.000329/2024-68

SEI nº 70102849

Criado por [80102549249](#), versão 2 por [80102549249](#) em 13/03/2026 09:45:56.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT. DE HORAS MENSAS ESTIMADAS	QUANT. DE HORAS ANUAIS ESTIMADAS	BANCO DE PREÇOS 1	BANCO DE PREÇOS 2	BANCO DE PREÇOS 3	PNCP	ASSOCIACAO AMIGOS METROVIARIOS DOS EXCEPCIONAIS - AME	NEWS LINK INTEGRACAO DE SISTEMAS	PREÇO MÍNIMO (D)	PREÇO MÉDIO (E)	PREÇO MEDIANO (F)	DESVO PADRÃO	COEFICIENTE DE VARIAÇÃO	PARAMETRO UTILIZADO (MÍNIMO/MÉDIO)	SUBTOTAL MENSAL	SUBTOTAL ANUAL
LOTE 1																		
1	Prestação de serviços de INTERMEDIÇÃO DE LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) para os 52 municípios do estado de Rondônia, por meio de plataforma digital via website. Deve consistir em uma tradução simultânea, por videochamada, para estabelecer uma comunicação entre a pessoa com deficiência auditiva e a instituição que está prestando atendimento, com a mediação remota de intérpretes fluentes em língua brasileira de sinais.	SERVIÇO/ HORA	75	900	NC	NC	NC	NC	594,00	636,46	R\$ 594,00	R\$ 615,23	R\$ 615,23	30,02	4,88%	MÉDIO	R\$ 46.142,25	R\$ 553.707,00
2	Prestação de serviços de INTERMEDIÇÃO DE LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) para os 52 municípios do estado de Rondônia, por meio de aplicativo para dispositivos móveis (smartphone, tablet e outros) com internet patrocinada, ou seja, serviço de navegação gratuita para os usuários. Deve consistir em uma tradução simultânea, por videochamada, para estabelecer uma comunicação entre a pessoa com deficiência auditiva e a instituição que está prestando atendimento, com a mediação remota de intérpretes fluentes em língua brasileira de sinais.	SERVIÇO/ HORA	75	900	NC	NC	NC	NC	799,00	636,46	R\$ 636,46	R\$ 717,73	R\$ 717,73	114,93	16,01%	MÉDIO	R\$ 53.829,75	R\$ 645.957,00
VALOR DO LOTE 1																	R\$ 99.972,00	R\$ 1.199.664,00
												VALOR TOTAL MENSAL			R\$ 99.972,00			
												VALOR TOTAL ANUAL			R\$ 1.199.664,00			

LEGENDA:
NC = Não encontrado

NOTA EXPLICATIVA:
IDENTIFICAÇÃO DAS COTAÇÕES

- EMP1
- BANCO DE PREÇOS
- EMP2
- BANCO DE PREÇOS
- EMP3
- BANCO DE PREÇOS
- EMP4
- PNCP - PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
- EMP5
- ASSOCIACAO AMIGOS METROVIARIOS DOS EXCEPCIONAIS - AME - CNPJ: 64.917.818/0001-56
- EMP6
- NEWS LINK INTEGRACAO DE SISTEMAS - CNPJ: 22.865.751/0001-03

1) As descrições foram reduzidas neste quadro comparativo, porém se encontra completas no termo de referência (70102849).



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria de Estado da Mulher, da Família, da Assistência e do Desenvolvimento Social - SEAS

SAMS

Órgão Requisitante:			Secretaria de Estado da Mulher, da Família, da Assistência e do Desenvolvimento Social - SEAS				Nº. Processo:		0026.000329/2024-68		
UG:	23001	F. de Recurso:	1.500.0.00001	Programa:	2112	Proj./Atividade:	2010	Elemento de Despesa:	33.90.39		
Exposição do Motivo:		Contratação de serviço de empresa especializada na prestação de serviços de INTERMEDIACÃO DE LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) por meio de plataforma digital via website e dispositivos móveis (smartphone, tablet e outros) para os 52 municípios do estado de Rondônia.									
LOTE ÚNICO											
ITENS	ESPECIFICAÇÃO						UNID.	QUANT.	VALOR DA CARGA HORÁRIA MÍNIMA POR HORA (R\$)	VALOR DA CARGA HORÁRIA MÍNIMA MENSAL (R\$)	VALOR TOTAL DA CARGA HORÁRIA MÍNIMA ANUAL (R\$)
01	Prestação de serviços de INTERMEDIACÃO DE LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) para os 52 municípios do estado de Rondônia, por meio de plataforma digital via website. Deve consistir em uma tradução simultânea, por videochamada, para estabelecer uma comunicação entre a pessoa com deficiência auditiva e a instituição que está prestando atendimento, com a mediação remota de intérpretes fluentes em língua brasileira de sinais. Carga horária mensal estimada: 60 horas.						Serviço	1			
02	Prestação de serviços de INTERMEDIACÃO DE LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) para os 52 municípios do estado de Rondônia, por meio de aplicativo para dispositivos móveis (smartphone, tablet e outros) com internet patrocinada, ou seja, serviço de navegação gratuita para os usuários. Deve consistir em uma tradução simultânea, por videochamada, para estabelecer uma comunicação entre a pessoa com deficiência auditiva e a instituição que está prestando atendimento, com a mediação remota de intérpretes fluentes em língua brasileira de sinais. Carga horária mensal estimada: 60 horas.						Serviço	1			

Observação: É importante frisar que não há como estimar um número exato de pessoas que irão utilizar o serviço, uma vez que o quantitativo de minutos utilizados e a forma (smartphone, tablet e outros) de utilização do programa dependem da situação particular de cada usuário. Por isso, a empresa contratada deverá fornecer minutos excedentes para atendimento em caso de ultrapassagem da quantidade de horas contratadas, sendo pago o valor proporcional ao utilizado juntamente com o valor mensal estabelecido em contrato, não excedendo este somatório, em 25% do valor inicial de contrato, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

Carimbo do CNPJ/CPF-ME	Local:	Responsável pela cotação da Empresa:	<u>USO EXCLUSIVO DA SEAS</u>	Valor da Proposta:	
	Data:	Fone:		Validade Proposta:	
	Banco:	Assinatura:		Prazo de Entrega:	
Agência:					
C/C:					

A empresa vencedora deverá apresentar no ato da entrega do objeto, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, os seguintes documentos: CERTIDÕES NEGATIVAS junto ao INSS, FGTS, DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO, TRIBUTOS FEDERAIS, TRIBUTOS ESTADUAIS, TRIBUTOS MUNICIPAIS, CEIS E CNEP.

Elaborado por:
Ayke Kauã Silva de Souza
Agente em Atividades Administrativas / Gerência de Compras

Revisado por:
Tamir Silva de Paula

Gerente / Gerência de Compras

De acordo,

ANDERSON MELO TINOCO DA SILVA

Diretor Administrativo e Financeiro SEAS

Gestor e OD por Delegação - Portaria nº 634 de 01 de outubro de 2021. ([0021076611](#))



Documento assinado eletronicamente por **Ayke Kauã Silva de Souza, Agente**, em 30/05/2025, às 13:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Tamir Silva de Paula, Gerente**, em 30/05/2025, às 13:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **ANDERSON MELO TINOCO DA SILVA, Diretor**, em 30/05/2025, às 14:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0059036466** e o código CRC **16696D9A**.

Referência: Caso responda este(a) SAMS, indicar expressamente o Processo nº 0026.000329/2024-68

SEI nº 0059036466

Criado por [02058074297](#), versão 11 por [02058074297](#) em 30/05/2025 13:45:04.